

Golpe Dos Telefones de Lacerda: 42 Bilhões de Lucro à CTB

Texto na 6ª página

p. 4
Items A, B

Empréstimo Vergonhoso do BNDE: Governo Sem Dinheiro dá Mais de um Bilhão à Light

Texto na 3ª página

Brizola Está Certo

Fragmen Carlos Borges

A ENCAMPAÇÃO da Companhia Telefônica Nacional, que de nacional se tem o nome, foi uma medida altamente patriótica do governador Brizola. Há mais de trinta anos aquele truste norte-americano explorava o povo gaúcho. Explorava e deserviu. E acreditando na impunidade que caracteriza a ação espoliativa dos trustes em nossa pátria, pensava continuar explorando e deservindo por mais tempo. Ou indefinidamente. Enganou-se, pois o seu dia chegou. Como chegará, também, o dia de outras empresas iguais a ela.

O PATRIÓTICO gesto do governador do Rio Grande do Sul provocou protestos em certos círculos, já conhecidos. Era de se esperar que assim acontecesse. O ato do governador Brizola tem em vista servir aos interesses do povo, e esses círculos vivem em função dos interesses dos trustes. A encampação da CTN ajuda a libertação do país, e esses círculos desejam que continuemos subordinados aos monopólios ianques. Esses protestos se refletem em quase todos os jornais. "O Globo", porta-voz dos interesses alienígenas, abre a boca no mundo e chega ao cinismo de afirmar que o truste ianque foi espoliado... O "Jornal do Brasil", não podendo negar a lusura jurídica do ato, considera-o politicamente inconveniente ao país... Não é de admirar que os interesses dos inimigos de nossa pátria encontrem guarida nas colunas desses jornais. Todos eles vivem das verbas de publicidade das empresas estrangeiras.

ESSES protestos, no entanto, não surgem isolados. Aparecem sincronizados com os protestos da alta direção do truste, nos Estados Unidos. Pior ainda. Vem acompanhados com os protestos e a intervenção insolente do próprio Departamento de Estado em assunto que diz respeito, exclusivamente, ao nosso país. Mais uma vez o Departamento de Estado mostra-se tal qual é — um instrumento dos trustes americanos, um grupo de pressão desses trustes sobre os governos dos países onde eles operam. Dizendo que a encampação da CTN põe em risco a Aliança para o Progresso, o Departamento de Estado tira a máscara atrás da qual procurou esconder, em Punta del Este, os verdadeiros objetivos dessa Aliança. Em troca de alguns milhões de dólares para construir latrinas, como disse Guevara, o que os Estados Unidos pretendem é conservar os países latino-americanos sob sua tutela, preservar o subdesenvolvimento.

É INTOLERÁVEL, mas perfeitamente compreensível que o Departamento de Estado aja desta maneira. Afinal, ele representa e defende os interesses subalternos dos trustes dos Estados Unidos. O que não se compreende é que o Governo brasileiro cruze os braços e baixe a cabeça, numa atitude de subserviência que nos humilha e nos revolta. Que faz e que diz o sr. João Goulart, que durante tantos anos falou em conquista de nossa emancipação econômica? Nada. Nem mesmo se sabe por onde ele anda, salvo mr. Gordon, embaixador dos Estados Unidos, que o soube encontrar para fazê-lo de intermediário junto ao governador Brizola em busca de uma solução amistosa. Entenda-se: solução de acordo com os interesses dos trustes.

ESSE silêncio comprometedor do Governo Jango-Tancredo, diante da intromissão indébita do Departamento de Estado em nossos assuntos internos, provoca justificada indignação em todos os patriotas. A insolência americana deve ser repelida com energia.

ALEGRA-NOS, no entanto, verificar que enquanto uns calam vergonhosamente e outros fazem córa aos protestos norte-americanos, a maioria esmagadora do povo brasileiro está ao lado do sr. Leonel Brizola. As manifestações de solidariedade que o governador gaúcho vem recebendo de todos os recantos do país são um bom sinal. O nosso povo está vigilante e sabe onde estão os seus reais interesses. Essas manifestações de solidariedade devem ser concretizadas em ações de massas e ganhar as ruas.

O GOVERNADOR Brizola está certo. Por isso tem o apoio do povo.

PATRIOTAS APÓIAM BRIZOLA E REPELEM A INSOLENCIA DO GOVÊRNO AMERICANO



Pondo termo a uma exploração de quase 30 anos do truste norte-americano de telefones em seu Estado, o Governador Leonel Brizola encampou a CTN, subsidiária da International Telephone and Telegraph Corp. "Não havia outro caminho", disse o Governador, depois de denunciar a obstinada resistência do truste em aceitar qualquer entendimento. A decisão de Brizola — um ato de soberania nacional — despertou as iras do imperialismo e seus testas-de-ferro. Atendendo a uma exigência da ITT, o Departamento de Estado divulgou uma nota que em nossos assuntos internos. Diz o Governo ianque, com o maior cinismo, que a encampação representa "um passo atrás em relação à Aliança para o Progresso". Por sua vez, na mais abjeta sabulice aos trustes, "O Globo" tem o desprante de dizer que "o Brasil espoliou a ITT". Os setores patrióticos e democráticos de todo o País solidarizam-se com o Governador Brizola por sua atitude de defesa dos interesses da economia e da população gaúcha, das quais o monopólio ianque arranca lucros, oferecendo em troca um péssimo serviço. (Ler o editorial e matérias nas páginas 3 e 8).

Necessidade do Congresso Sindical

Artigo de ROBERTO MORENA na 2ª página

Suspense acabou: Glenn foi e voltou
Clóvis Graciano fala de Portinari
3ª página 5ª página

Drama da Aviação Comercial no Brasil: Governo dá Verbas Mas Não Impede os Crimes

A Câmara Federal recebeu mensagem do presidente do Conselho de Ministros, sr. Tancredo Neves, solicitando auxílio para as empresas de navegação aérea brasileira. Os deputados vão decidir. Antes disso, entretanto, é necessário que se recorde do inquérito a que submet-

ram a aviação comercial no Brasil, e das conclusões alarmantes sobre a verdadeira e dramática situação de irregularidade em que operam numerosas empresas do setor. NOVOS RUMOS inicia hoje, na 7ª página, uma série de reportagens sobre o assunto.

PROIBIÇÃO DE LIVROS: ESCRITORES REPUDIAM MACARTISMO DE NASSER

O ministro da Justiça, que não persegue terroristas e fascistas, resolveu ser enérgico contra... livros. Tentar reinstalar no Brasil os nefandos processos de Hitler. Contra isso, manifesta-se veementemente a opinião pública e, com muito mais razão, os escritores. Na 5ª página, o leitor encontrará o protesto de

- R. Magalhães Júnior
- Franklin de Oliveira
- Marques Rebêlo
- Enio Silveira
- Milton Pedrosa
- Geir Campos
- Eneida

40º Aniversário do PCB

NOVOS RUMOS começa a publicar nesta edição a página comemorativa do 40º aniversário do Partido Comunista. Jacob Gorender, com o artigo "EXOTISMO NAS IDEOLOGIAS, demonstra a validade do marxismo como ideologia universal e mostra como as idéias da vanguarda da classe operária tomaram corpo em nosso país. Zuleika Alamberti, na primeira de uma série

de reportagens retrospectivas da vida e da luta dos comunistas, conta como estes batalharam para impedir a participação de brasileiros na agressão imperialista contra a Coreia do Norte. Na página, que é a 4ª, está publicado também um trabalho que ensina como explicar o significado do 40º aniversário do Partido Comunista.

Bancários, Portuários e Petroleiros Contra Expediente Aos Sábados

As organizações sindicais das três categorias estão desenvolvendo uma ampla luta para conquistar uma das suas mais sentidas reivindicações: a eliminação do expediente aos sábados. Numerosas ações têm sido realizadas e outras estão sendo programadas. A reportagem na 2ª página conta como bancários, portuários e petroleiros estão lutando.

"DEMOCRACIA": CAES E TANQUES CONTRA JOVENS E OPERÁRIOS

NA Bahia, o sr. Juraci Magalhães volta a acular contra trabalhadores os seus cães amealhados. Em Recife, carros de combate do IV Exército são lançados contra estudantes. Em Natal, um coronel ameaça os universitários com um banho de sangue. Contra essa onda de crimes é necessário que as forças democráticas redobrem a luta em defesa das liberdades. (Página 3).

Bancários Denunciam: Governo Ianque Intervém Nos Sindicatos Brasileiros

Texto na 2ª página

Abono de Natal e salário-família: luta nacional

Em assembleia inter-sindical realizada domingo último, no Sindicato dos Metalúrgicos em São Paulo, para a presença de numerosos sindicatos e federações de trabalhadores, reuniu-se a comissão de luta para a conquista do abono de Natal e do salário-família, até o dia 1º de maio próximo. A reunião revestiu grande importância, não só pelo número de entidades representadas como pela participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, através dos seus dirigentes, sr. Benedito Cerqueira e Dante Pelacani. A comissão, assim, terá âmbito nacional, devendo ser mobilizadas todas as organizações sindicais do país, para uma ação coletiva de grande envergadura, que abarcará as mais diversas formas de luta.

1) — telegrama de repúdio ao ministro da Justiça pela ilegalização de todas as greves e movimentos populares de trabalhadores; 2) — eleição de uma Comissão de dirigentes sindicais para preparação do 1º de Maio; 3) — telegrama ao governador do Estado, protestando contra as violências policiais e as medidas da Ordem Política e Social que vem intimidando todos os operários para depor no DOPB; 4) — telegrama de solidariedade à CNTI, pela luta corajosa em defesa da autodeterminação do povo cubano; 5) — prosseguir na luta pela conquista do Abono de Natal, salário família e férias de 30 dias, até o 1º de Maio; 6) — telegrama de solidariedade ao sr. Maurício Loureiro Gama, pela medida tomada em favor do povo cubano, na conferência de Punta del Este; 7) — manifesto contendo todas as reivindicações, ou seja: o programa de lutas dos trabalhadores paulistas; 8) — criar um Conselho da CNTI - Regional, em São Paulo; 9) — lutar para que sejam readmitidos os ferroviários da Sorocabana; 10) — participar da reunião do dia 16 no Estado da Guanabara; 11) — dar caráter nacional na luta pelo Abono de Natal, e a plataforma elaborada pela assembleia inter-sindical, em conjunto com a CNTI.



MAOS PARA CIMA

Reunidos no pátio da Fábrica Nacional de Vagões, os operários votam por unanimidade pela paralisação do trabalho, até que o delegado sindical seja readmitido. Três dias depois encerrava-se a greve, plenamente vitoriosa.

METALÚRGICOS: GREVE DE TRÊS DIAS IMPÕE A READMISSÃO DE UM LÍDER

Depois de uma greve de três dias, os operários da Fábrica Nacional de Vagões conseguiram reconduzir ao seu posto de trabalho o delegado sindical Sebastião Motta, que havia sido demitido por sua conduta em defesa das reivindicações do pessoal da empresa situada no bairro de Marechal Hermes, na Guanabara. Exatamente às 7 horas da manhã da última quinta-feira, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, tendo à frente Benedito Cerqueira, José Lellis e Ulisses Lopes, sob aplausos dos operários vitoriosos, conduziram o delegado sindical Sebastião Motta à sua seção de trabalho, de onde fora injusta e arbitrariamente afastado.

Exatamente às 7 horas da manhã da última quinta-feira, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, tendo à frente Benedito Cerqueira, José Lellis e Ulisses Lopes, sob aplausos dos operários vitoriosos, conduziram o delegado sindical Sebastião Motta à sua seção de trabalho, de onde fora injusta e arbitrariamente afastado.

Exatamente às 7 horas da manhã da última quinta-feira, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, tendo à frente Benedito Cerqueira, José Lellis e Ulisses Lopes, sob aplausos dos operários vitoriosos, conduziram o delegado sindical Sebastião Motta à sua seção de trabalho, de onde fora injusta e arbitrariamente afastado.

AS REINDICAÇÕES

Tudo teve início quando os operários da Fábrica Nacional de Vagões decidiram formular a sua plataforma de reivindicações e apresentá-la ao gerente da empresa. Dessa plataforma constam: 1) aumento salarial de 40%; 2) acréscimo de 40% no pagamento das horas extraordinárias de trabalho; 3) pagamento da taxa de insalubridade; 4) instalação de bebedouros, com água refrigerada, no interior da fábrica; 5) estabelecimento do quadro de carreira de 3 minutos para a entrada no serviço. Uma comissão eleita pelos trabalhadores, tendo à frente o delegado sindical Sebastião Motta, recebeu a incumbência de se entrevistar com o gerente da empresa, a fim de apresentar-lhe as reivindicações da classe e solicitar-lhe a atenção para as mesmas.

SOLIDANEDADE

A notícia da demissão do dedicado e combativo delegado sindical encheu os trabalhadores de indignação. Calorosos debates se travaram no interior da própria empresa. O caminho do Sindicato foi indicado, e os operários seguiram em massa para a Delegacia Sindical situada no bairro próximo à fábrica. O líder metalúrgico José Lellis da Costa, secretário-geral do Sindicato, rumou para o local da assembleia. Lá se discutiu muito. Todos os trabalhadores estavam solidários com o companheiro demitido. Restava encontrar a forma de luta capaz de assegurar a sua volta ao trabalho. A forma foi encontrada: a Diretoria do Sindicato comprou a manhã da segunda-feira, dia 12, nos escritórios da empresa, para reclamar a imediata readmissão de Sebastião Motta. Era o apelo. Mas havia outra decisão — o trabalho seria paralisado. Imediatamente, caso o apelo não fosse atendido, o apelo não foi atendido. Os trabalhadores rumaram para a fábrica. Teve início a greve. Greve pela volta do militante sindical demitido.

A VITÓRIA

Iniciada a greve, o Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara dirigiu-se aos metalúrgicos da Fábrica de Vagões de Cruzeiro, em São Paulo, pedindo a sua solidariedade. A Federação dos Metalúrgicos de São Paulo foi autorizada a servir como intermediária nos entendimentos com a administração da empresa na capital paulista, juntamente com o dirigente sindical Izaltino Pereira, enviado da Guanabara. Logo depois chegou ao Rio uma comunicação telefônica, dando conta de que a empresa resolveria readmitir o delegado sindical e determinar o prosseguimento das demarcações feitas entre os trabalhadores. Os líderes sindicais José Lellis da Costa e Ulisses Lopes transmitiram essa notícia na quarta assembleia dos previstos a ser terceiro dia de paralisação. Na quinta-feira pela manhã a Diretoria do Sindicato, acompanhada pelos operários vitoriosos, reconduziu o delegado sindical Sebastião Motta à sua banca de trabalho. A luta continua e Motta continua à frente dela. É uma vitória da classe solidária, unida, organizada ao seu Sindicato.

VOTAÇÃO AS CLARAS

A comissão de trabalhadores e líderes sindicais se dirigiu ao gerente para expor-lhe a decisão da classe, de paralisar o trabalho caso o seu companheiro não fosse readmitido, ouvidos os referidos gerentes que comumente os líderes sindicais ouvem nessas oportunidades. O gerente disse que a greve estava sendo imposta pelo Sindicato e que os operários, embora insatisfeitos, não paralisaram o trabalho, não sabiam que a readmissão era impossível, por ser o assunto de competência da administração central da empresa, situada em São Paulo. Os líderes ouviram pacientemente as arengas do administrador e convidaram-no, depois, a presenciá-lo no telão que seria feito aos operários que se encontravam no pátio da empresa, aguardando o resultado dos entendimentos, e a verificar a maneira democrática com que se ratificou ou não a decisão de paralisar o trabalho, já que a empresa se negava a readmitir Sebastião Motta. O engenheiro foi, foi e viu o que é solidariedade de classe. Feito o relato, posto em votação a paralisação do trabalho, todos os operários resolveram ficar com Sebastião Motta, do lado de fora da fábrica. E foi iniciada a greve de solidariedade. Uma das mais belas e expressivas greves que os trabalhadores realizam. E assim foi a greve dos metalúrgicos da Fábrica Nacional de Vagões.

Necessidade do Congresso Sindical

Roberto Morena

Vivemos uma época de lutas incessantes do povo e da massa trabalhadora para conseguir sua libertação. É uma ansia que não pode ser contida nem retardada com ilusões ou promessas nem muito menos, com ameaças ou represálias. Vivemos a era dos trabalhadores, e isso não é uma simples afirmação literária ou imagem sonora de discurso. É necessário que se diga e se acentue que a importância dos trabalhadores na sociedade é crescente e, mesmo no Brasil, marcham para converter-se na força decisiva do desenvolvimento de todos os acontecimentos econômicos, políticos e sociais. Essa tomada de consciência do valor da classe trabalhadora vai sendo expressa na participação cada vez maior na vida de nosso país. A mais alta demonstração dessa tomada de consciência refletiu-se na derrota do golpe militar — fascista que as forças econômicas pró-imperialistas pretendiam dar quando da renúncia do ex-presidente Jânio Quadros.

Depois dessa memorável luta e demonstração de força política, as batalhas reivindicatórias continuam para a defesa de suas condições de vida, para conter a ofensiva dos trusts e monopólios e da voracidade dos exploradores, diante de um Estado e um governo, ora impotente ora conveniente com essa situação angustiante e aflitiva das massas. Já por diversas vezes os trabalhadores e as suas organizações se manifestaram, definindo sua posição diante da situação econômica e política, estabelecendo seus programas e planos de ação com. Mas todos esses instrumentos de luta não foram aplicados em sua plenitude. Aproximaram-se dentro de um sistema sindical superado, arcaico e ainda agravado por direções de traidores da classe operária, de elementos patronais e reacionários, principalmente os que são orientados e controlados pela direção da COSL — ORIT.

O IV Congresso Sindical Nacional será convocado, dirigido e organizado pelas maiores organizações sindicais nacionais, principalmente pela mais poderosa entidade, que é a CNTI. O IV Congresso será uma confluência de todos os movimentos operários e sindicais, tanto da cidade como do campo. O que urge é sua imediata convocação, o estabelecimento de seus objetivos e plano de ação para que o IV Congresso seja discutido nos locais de trabalho e nas organizações sindicais. Romper na prática com as restrições, e estreitezas da estrutura sindical atual, elevando a organização sindical à altura das tarefas políticas que desempenham os trabalhadores. E, por último, que o IV Congresso crie as condições para se estabelecer uma direção unida, rigorosa e eficiente do movimento operário e sindical do Brasil.

PORTUÁRIOS, BANCÁRIOS E PETROLEIROS: EXTINGUIR O EXPEDIENTE AOS SÁBADOS

Três importantes categorias de trabalhadores cariocas — bancários, portuários e empregados na indústria petrolífera — encontram-se empenhadas na campanha pela extinção do expediente aos sábados. Os portuários do Rio de Janeiro lançaram-se com mais entusiasmo na defesa dessa reivindicação, depois da medida adotada pela Diretoria do Lóide Brasileiro, extinguindo o expediente aos sábados para o pessoal do seu quadro de terra, inclusive os operários dos estaleiros.

Três importantes categorias de trabalhadores cariocas — bancários, portuários e empregados na indústria petrolífera — encontram-se empenhadas na campanha pela extinção do expediente aos sábados. Os portuários do Rio de Janeiro lançaram-se com mais entusiasmo na defesa dessa reivindicação, depois da medida adotada pela Diretoria do Lóide Brasileiro, extinguindo o expediente aos sábados para o pessoal do seu quadro de terra, inclusive os operários dos estaleiros.

OS BANCÁRIOS

Os bancários cariocas, que desde 1959 lutam pela extinção do expediente aos sábados, também se voltaram com novo ímpeto a essa antiga reivindicação, em virtude da decisão do Tribunal de Justiça, resolvendo estender aos cartórios o decreto governamental que extinguiu o expediente aos sábados nas repartições públicas. O funcionamento dos cartórios de protestos de títulos aos sábados, segundo opinião do antigo presidente do Sindicato de Bancos da Guanabara, constitui o principal motivo para que os bancos permanecessem abertos no último dia da semana. Cessado esse motivo, os bancários voltaram aos entendimentos com os banqueiros, visando a extinção do expediente aos sábados.

PETRÓLEO

Também o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação de Petróleo do Rio de Janeiro, que já conseguiu uma vitória parcial na Petrobrás, onde o expediente nos escritórios nos sábados foi suprimido, mas as horas compensadas nos demais dias, continuando lutando contra as horas de compensação, e exigindo que a medida seja estendida ao pessoal de horário fixo da Refinaria de Mangunhins. A campanha inclui a luta pelo estabelecimento de seis horas de trabalho para os operários que funcionam no regime de rodízio.

A Intervenção lanque nos Sindicatos do Brasil

A Diretoria do Sindicato dos Bancários da Guanabara enviou um ofício ao presidente da sua Confederação, sugerindo ao mesmo que tome a iniciativa de convidar os representantes de todas as entidades sindicais de caráter nacional para uma discussão em torno da intervenção indebita da Agência de Informações do governo dos EUA no movimento sindical brasileiro.

A sugestão dos bancários cariocas, que tem o sentido de um energético protesto ante o descaramento dos agentes lanques, baseia-se no despacho telegráfico publicado no Jornal do Brasil, edição do dia 17-2-62, cujo teor é o seguinte: "Sindicatistas dos EUA vêm ajudar. Chicago (AP-JB) — A Agência de Informações dos Estados Unidos enviou a nove países da América Latina, entre os quais o Brasil, especialistas em questões sindicais com a missão de combater a propagação do comunismo no Hemisfério. O diretor da organização, Edward Murrow, disse que os referidos especialistas atuarão em estreito contato com dirigentes sindicais e organizações operárias, com o objetivo de espionar a dinâmica do sindicalismo no regime democrático e denunciar o slogan comunista de que o sistema da livre empresa explora a classe trabalhadora. "Devemos agir na América Latina — frisou Murrow — com a mesma audácia do desafio que enfrentamos, para não perdermos o apoio dos trabalhadores latino-americanos".

O ofício do Sindicato dos Bancários conclui sugerindo que a CONTEC discuta com as demais entidades representativas dos trabalhadores, em âmbito nacional, tão grave assunto, a fim de preservar a unidade e a independência do movimento sindical brasileiro.

Chicago (AP-JB) — A Agência de Informações dos Estados Unidos enviou a nove países da América Latina, entre os quais o Brasil, especialistas em questões sindicais com a missão de combater a propagação do comunismo no Hemisfério. O diretor da organização, Edward Murrow, disse que os referidos especialistas atuarão em estreito contato com dirigentes sindicais e organizações operárias, com o objetivo de espionar a dinâmica do sindicalismo no regime democrático e denunciar o slogan comunista de que o sistema da livre empresa explora a classe trabalhadora. "Devemos agir na América Latina — frisou Murrow — com a mesma audácia do desafio que enfrentamos, para não perdermos o apoio dos trabalhadores latino-americanos".

A sugestão dos bancários cariocas, que tem o sentido de um energético protesto ante o descaramento dos agentes lanques, baseia-se no despacho telegráfico publicado no Jornal do Brasil, edição do dia 17-2-62, cujo teor é o seguinte: "Sindicatistas dos EUA vêm ajudar. Chicago (AP-JB) — A Agência de Informações dos Estados Unidos enviou a nove países da América Latina, entre os quais o Brasil, especialistas em questões sindicais com a missão de combater a propagação do comunismo no Hemisfério. O diretor da organização, Edward Murrow, disse que os referidos especialistas atuarão em estreito contato com dirigentes sindicais e organizações operárias, com o objetivo de espionar a dinâmica do sindicalismo no regime democrático e denunciar o slogan comunista de que o sistema da livre empresa explora a classe trabalhadora. "Devemos agir na América Latina — frisou Murrow — com a mesma audácia do desafio que enfrentamos, para não perdermos o apoio dos trabalhadores latino-americanos".

DEFESA DA PETROBRÁS MOBILIZA SINDICATOS

Trabalhadores na indústria de extração e refinação do petróleo de todo o país estão intensificando os entendimentos com os líderes dos sindicatos de outras categorias profissionais, com organizações estudantis e patrióticas, visando exigir do governo a publicação do ato nomeando o engenheiro Eduardo Sobral para a Diretoria da Petrobrás e a fixação da data para a posse. A campanha, segundo esclareceu o relatório de NR e sr. Fernando Arran, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo do Rio de Janeiro, visa ainda os seguintes objetivos:

- 1) monopolição efetiva do comércio de importação de petróleo; 2) encampação das refinarias particulares; 3) criação da petroquímica. ATO NA UNE A campanha visando esses três objetivos fundamentais é resultado da I Convenção Nacional dos Trabalhadores em Petróleo, realizada em Salvador, de 18 a 21 de janeiro de corrente. Um ato público que deverá ser realizado na sede da UNE, ainda está em andamento, com a participação de organizações estudantis, sindicais e nacionalistas, marcará o início da campanha, que se estenderá a todo o território nacional.

BOLSAS DE ESTUDOS NA UNIÃO SOVIÉTICA

O Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS comunica aos interessados que acaba de receber da Universidade de Amizade dos Povos "Patrice Lumumba", a exemplo dos dois anos anteriores, solicitação para selecionar candidatos para os seguintes cursos: 1) — ENGENHARIA (Especialidades: Engenharia Mecânica, E. Civil e Eng. de Minas e Petróleo); 2) — AGRONOMIA (e Zootecnia); 3) — CIÊNCIAS FÍSICO-MATEMÁTICAS E NATURAIS (Física, Matemática, Química e Biologia); 4) — HISTÓRIA E FILOLOGIA (História, Literatura e Língua Russa); 5) — ECONOMIA E DIREITO (Economia, Planificação da Economia Nacional e Direito Internacional). Para a inscrição são necessárias as seguintes condições: a) ter curso secundário completo; b) ter a idade máxima de 35 anos; c) gozar boa saúde; d) ter conhecimentos básicos suficientes para os cursos escolhidos. Os candidatos poderão enviar suas inscrições diretamente para a Universidade, em Moscou. Os pedidos (dirigidos ao Reitor daquela Universidade) deverão ser acompanhados de: 1) dados biográficos do candidato do próprio punho; 2) certificado de conclusão de qualquer dos cursos de nível médio; 3) certidão de idade; 4) 3 fotos (tamanho 3x4) com data e nome no verso. O Instituto submeterá os candidatos a: I) exame médico por junta indicada por sua direção; II) prova de conhecimentos básicos para o curso a que se destinem, baseada nos programas fornecidos pela Universidade. O ensino na U.A.P. é gratuito e estão incluídas nas bolsas as seguintes despesas: 1) assistência médica; 2) habitação (sem acompanhamento); 3) alimentação; 4) passagens de ida e volta (no fim do curso). Não são custeadas viagens para fora da URSS nos períodos de férias. As aulas serão iniciadas a 1º de setembro de 1962.

Uma comissão eleita pelos trabalhadores, tendo à frente o delegado sindical Sebastião Motta, recebeu a incumbência de se entrevistar com o gerente da empresa, a fim de apresentar-lhe as reivindicações da classe e solicitar-lhe a atenção para as mesmas.

Barnabés: pressionar Brasília para que saia o aumento de 50%

Reunidos na sede da Federação Carioca dos Servidores Públicos representantes de 18 entidades de funcionários federais e autárquicos decidiram intensificar a campanha nacional pela conquista de um reajuste de 50% nos seus vencimentos, em contraposição à tabela elaborada pelo DASP, que prevê um aumento geral de 40%.

Pelas recomendações aprovadas na última reunião dos líderes do movimento pela conquista dos 50%, as organizações de servidores de todo o país, deverão promover, imediatamente, manifestações públicas em defesa de sua reivindicação e intensificar o envio de mensagens ao presidente da República, ao Conselho de Ministros e ao Congresso Nacional, defendendo o aumento de 50%, que deverá entrar em vigor a partir de 1º de janeiro corrente.

COMISSÃO A BRASÍLIA

Na mesma reunião ficou decidido o envio de uma comissão de líderes do funcionalismo a Brasília, com o objetivo de defender junto às autoridades a necessidade do aumento na base de 50% tanto para civis como para militares, e de solicitar a exclusão do artigo 16 do anteprojeto do DASP, que exclui do aumento a Guarda Civil e o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar e parte dos funcionários dos Ministérios da Justiça e da Saúde. Esses servidores foram beneficiados pelo aumento concedido aos servidores estaduais e não poderão também ser excluídos do aumento que venha a ser concedido aos servidores federais.

Cuba: os "Prejuízos" da Telefônica Davam um Lucro de 9 Bilhões de Pesos

Nilson Azevedo

Os trabalhadores e o povo cubano apoiam maciçamente a revolução chefiada por Fidel Castro. Por sua vez, os imperialistas lanques e todos os antigos exploradores do povo cubano movem uma desesperada campanha de agressão e calúnia contra o novo regime imperante na terra de José Martí.

O segredo dessas duas atitudes pode ser facilmente desvendado numa simples conversa com qualquer trabalhador cubano. Além, para verificar o entusiástico apoio popular à revolução socialista cubana não se precisa conversar com ninguém. Um simples passeio pelas ruas de Havana nos dá plena ideia do comportamento do povo, dos trabalhadores, da juventude, face ao seu governo revolucionário.

Para se conhecer os motivos que levam os cubanos a defender com tanto ardor a sua revolução e por outro lado, as razões que conduzem os imperialistas a gastar tantos dólares para agredir e difamá-la, é que se torna necessária uma conversa com o homem simples de Cuba, foi o que fizemos. Conversamos com Felipe Gonzales e Luis Ruiz, diretores do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Telefones e Comunicações. Eles nos contaram porque os operários daquele ramo profissional dão a vida pela revolução. Os fatos são parecidos com os que seriam apresentados pelos trabalhadores rurais, pelos operários têxteis, pelos comerciantes, pelos rodoviários, pelos estudantes, pelos intelectuais ou pelas donas-de-casa. Porque a revolução não foi apenas na Telefônica, mas em todos os setores da atividade da vida cubana. Mas vamos à Telefônica. Os serviços telefônicos eram explorados por uma companhia norte-americana. A companhia, como as existentes no Brasil, era "deficitária". "Dava prejuízos". Por isso a Cuba havia apenas 200 mil aparelhos instalados e uma fila muito grande de pretendentes, porque a empresa americana não podia atendê-los. Os aumentos consistentes nos preços das tarifas eram apenas para "assegurar a manutenção dos serviços".

A empresa foi nacionalizada, em 1960, pelo Governo Revolucionário e passou a se chamar Companhia Cubana de Telefones. Os trabalhadores começaram a participar de sua administração, através dos Conselhos Técnicos Assesores, órgãos eleitos em assembleias gerais.

O povo sentiu os resultados imediatos dessa medida. As chamadas telefônicas baixaram de 10 para 5 centavos. As mensaguagens de 7 para 3 pesos. O número de chamadas, que obedecia a um teto, fora do qual se pagava uma taxa extraordinária, passou a ser ilimitado, sem qualquer outro ônus para o assinante.

Mas houve um outro fato que deixou muito mal os defensores da "livre empresa": a companhia nacionalizada, sob controle dos trabalhadores, conseguiu instalar 50 mil novos aparelhos durante o ano de 1961, elevando para 250 mil o número de telefones instalados. Tudo isso depois da rebaixa geral nos preços das tarifas. Essa, por certo, é uma das razões de ódio dos lanques à revolução cubana.

Mas não foi só isso. Foram admitidos mais 1.300 empregados novos. Uma revisão salarial foi lavada a efeito. Havia na empresa dois mil operários que faziam o mesmo serviço e recebiam salários, diferentes. Esses trabalhadores tiveram os seus salários equiparados, na base dos ordenados mais elevados, o que determinou um acréscimo de 1.300 mil pesos na folha de pagamento. Por outro lado, os salários principescos que eram pagos a uma meia dúzia de privilegiados foram reduzidos de 1.200 para 600 pesos. Note-se que o salário mínimo em Havana é de cerca de 100 pesos mensais.

Com tudo isso: admitindo 1.300 novos empregados, rebaixando os preços das tarifas, elevando o montante da folha de pagamento, instalando 50 mil novos aparelhos, a empresa, que antes dava "prejuízo", deu um lucro em 1961, de 9 bilhões de pesos.

Por causa de fatos dessa natureza que o proletariado e o povo de Cuba se empenham com tanto ardor na defesa e no desenvolvimento de sua revolução. E é também por isso que os imperialistas gastam tanto dinheiro para difamar a revolução cubana no exterior, a ponto de confundir algumas pessoas da boa-fé.

Não é de se estranhar, portanto, que só em Havana existam nada menos de mil empregados da Telefônica, inclusive suas belas telefonistas, incorporados à Milícia Revolucionária, com instrução militar e armamento adequado, para a defesa do seu local de trabalho e da sua revolução. Além dos mil milicianos, existem também, apenas em Havana, 800 empregados da Telefônica incorporados aos Comitês de Defesa da Revolução.

Da campanha contra os invasores de Playa Giron participaram 300 milicianos da Telefônica, ao lado dos seus companheiros de outras empresas, estudantes, e lavradores. Foram os trabalhadores de Cuba que repeliram os invasores. Muitos não puderam voltar aos seus locais de trabalho. Cláudio Arguilles, secretário de Cooperativa do Sindicato da Telefônica e tenente da Milícia foi um deles. Mas os filhos do tenente-operário continuam vivendo sob a bandeira da primeira revolução socialista da América. Os invasores foram repellidos e liquidados em 72 horas.

Além de eliminar as disparidades salariais, artifício usado pelos patrões para dividir os trabalhadores, a Telefônica elevou, de um modo geral, os ordenados dos seus empregados. Os salários das telefonistas subiram de 172 para 194 pesos mensais. Mas não foi apenas o salário nominal que subiu. O salário real também sofreu uma alta extraordinária, com a rebaixa dos alugueres, a diminuição drástica nos preços das casas de diversão, das diárias dos hotéis, dos balneários, etc., agora amplamente utilizados pelos trabalhadores e suas famílias. A gratuidade do ensino e da assistência médica trouxeram novas economias aos trabalhadores e ao povo de Cuba.

Por tudo isso é que o jovem Felipe Gonzales nos disse: "Os maus observadores fazem comentários sobre a falta de carne verde em Havana. Mas eles não vêem que antes malavam-se aqui 600 bois e a carne sobrava nos açougues; hoje mata-se 1.200 e a disputa é grande. Eles não vêem que o povo tem muito mais dinheiro e que o abate, embora muito maior, ainda é insuficiente. Insuficiente porque, graças à nossa revolução, o povo agora pode comer".

NOVOS RUMOS
Diretor: Mário Alves
Diretor Executivo: Orlando Bomfim Júnior
Redator Chefe: Fragson Borges
Gerente: Guttemberg Cavalcanti
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1115 - Tel.: 43-7544
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar, S/903
SECURAL DE S. PAULO
Rua 15 de Novembro, 228
8º andar, S/827
Tel.: 88-0488
Endereço telegráfico: NOVOSRUMOS
ASSINATURAS:
Anual Cr\$ 500,00
Semestral > 250,00
Trimestral > 130,00
Número avulso > 10,00
Número atrasado > 10,00
ASSINATURA ÁREIA
Anual Cr\$ 1.900,00
Semestral > 900,00
Trimestral > 500,00

Insolente Intervenção do Governo lanque Contra Decisão de Brizola

Em defesa dos interesses da economia e da população do seu Estado e agindo rigorosamente dentro das exigências legais, o governador Leonel Brizola encampou a Companhia Telefônica Nacional, subsidiária gaúcha do truste norte-americano International Telephone and Telegraph Corporation. "Não havia outra solução — disse o governador Brizola. Retomar os serviços e desapropriar os bens da empresa era o único caminho compatível com os interesses públicos e com o desenvolvimento do Estado". Antes de decretar a desapropriação, tentou o governo do Rio Grande inúmeras vezes entrar em entendimentos com a subsidiária da ITT, tendo em vista a necessidade da melhoria dos serviços de que tinha concessão. Por fim, propôs o Estado que a Companhia Telefônica concordasse em participar da Companhia Rio-grandense de Comunicações, organizada pelo governo gaúcho. Entretanto, o truste norte-americano, sempre alegando "prejuízos" e exigindo sucessivos aumentos de tarifas, se negava a promover qualquer melhoria nos serviços telefônicos, ao mesmo tempo em que recusava a proposta de associar-se à empresa estatal em organização.

Não restava ao governador Brizola, portanto, outro caminho. As comunicações telefônicas no RGS não somente não atendiam às necessidades vitais do Estado, constituindo mesmo um ponto de estrangulamento em sua economia, mas tendiam a piorar, dada a relutância da ITT em cumprir os compromissos a que se obrigara. A encampação do truste norte-americano foi, portanto, uma medida imposta pelos interesses da economia e da população gaúchas, além de constituir um simples ato de soberania nacional. **ASSIM SÃO OS TRUSTES** Os imperialistas, entretanto, não costumam ad-

mitir que se toque nem de leve nos seus privilégios — mesmo quando esses privilégios dão, como dizem cingidamente os homens da ITT, "enormes prejuízos". Por isso a decisão do governador Brizola comoveu eus e terras nos Estados Unidos e provocou a mais furiosa gritaria entre os agentes lanques dentro de nosso país. No mesmo dia em que se deu a encampação — sexta-feira, dia 16 — o presidente da ITT, Harold Geneen, dirigiu-se apressadamente ao Departamento de Estado, "protestando" contra a encampação e exigindo "providências" junto ao governo brasileiro. Num desrespeito inadmíssivel às nossas autoridades, afirmou que o patrimônio da CTN em Porto Alegre vale dezenas de vezes mais que o estabelecido pela comissão de peritos, depois de um minucioso estudo dos livros da empresa. E, ao mesmo tempo, a tradicional chantagem: Brizola deveria rever o seu ato "no interesse da manutenção das relações amistosas entre os Estados Unidos e o Brasil". Eis aí o fundamento das "relações amistosas" entre os dois países: a espoliação do Brasil pelos trustes lanques e a preservação de seus privilégios em prejuízo dos interesses da economia e de no so

GOVERNO DOS TRUSTES E o Departamento de Estado cumpriu, sem discutir, as determinações de mister Geneen. Ficaram famosas as palavras do antigo secretário de Defesa dos Estados Unidos, Charles Wilson, segundo as quais "o que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos". A verdade é que não se trata apenas da General Motors, mas de todos os monopólios imperialistas. O governo norte-americano não passa de um comitê de administração dos interesses desses trustes. No mesmo dia em que

mister Geneen exigia providências do governo lanque, o Departamento de Estado, sem ter ao menos a prudência de ouvir o governo brasileiro, nem mesmo a sua Embaixada no Brasil, e desconhecendo portanto as razões em que se apoiou o governador Brizola para encampar a CTN, apressou-se em intervir insistentemente em problemas internos de nosso país e, ao mesmo tempo, em arrancar delimitadamente a máscara da chamada Aliança para o Progresso.

Vale a pena reproduzir a íntima do Departamento de Estado. Diz que a encampação representa um passo atrás no desenvolvimento econômico do Brasil sob o programa da Aliança para o Progresso. O governo Brizola dispersou fundos que haviam para o desenvolvimento brasileiro para desapropriar empresas estrangeiras. Quando um priorização de recursos existentes ou emprega os seus próprios fundos para adquirir serviços já criados, em vez de usar as disponibilidades para criar novas fontes de riquezas, novos empregos e novos contribuintes, a ação parece constituir um passo atrás na mobilização dos recursos disponíveis para o êxito da Aliança para o Progresso.

GORDON E JANGO

No dia da encampação da CTN o embaixador lanque Lincoln Gordon foi recebido pelo presidente João Goulart. "Protestou" contra o ato de Brizola e reclamou do sr. João Goulart a sua intervenção a fim de fazer o governador gaúcho recuar de sua decisão. Espantoso é que, enquanto a Presidência da República nada informava acerca do encontro, a embaixada americana distribuía uma nota à imprensa, falando em nome do presidente da República! Dizia a nota que JG "telefonou ao sr. Brizola para com este tratar do assunto". Segundo foi noticiado, o sr. Goulart, que deveria manifestar a Brizola o seu apoio em face da insolência da ITT e do Departamento de Estado, o que fez foi pedir "moderação". E inteiramente condenável esse procedimento do presidente da República: o governo norte-americano interviu num assunto de nossa exclusiva soberania, faz ameaças e chantagens,

Várias conclusões importantes se impõem diante dessa insolita atitude do Departamento de Estado: 1) Desmascara o caráter colonialista da Aliança para o Progresso — simples instrumento de barganha em favor dos trustes lanques; 2) Comprova que a diplomacia norte-americana não passa de um aparelho a serviço dos monopólios imperialistas. A linguagem do Departamento de Estado é desrespeitosa e insolente, não podendo ser aceita por um país soberano sem um revide à altura. Sem pedir conselhos a mister Rusk sobre como os nossos governos estaduais devem utilizar os

BRIZOLA RECEBE O REFERENDO POPULAR

A atitude do governo do Estado do Rio Grande do Sul, encampando a subsidiária da International Telegraph & Telephone Corporation, que vinha explorando os serviços telefônicos da capital gaúcha de maneira que não atendia os interesses populares e que constituía, inclusive, um fator de entrave ao desenvolvimento econômico do Estado, vem obtendo o mais decidido apoio de todo o povo brasileiro, manifestado através de pronunciamentos públicos de entidades operárias e estudantis e de organizações populares de várias categorias.

TRABALHADORES A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, entidade que representa mais de 5 milhões de trabalhadores, deu o seu referendo à medida em boa hora tomada pelo executivo rio-grandense através do seguinte telegrama: "Governador Leonel Brizola, a diretoria da CNTI congratula-se com V. Excia. pela patriótica desapropriação da Cia. Telefônica de Porto Alegre". Assina a mensagem Clodsmith Riani, presidente da entidade.

Dos bancários da Guanabara o governador Brizola recebeu o seguinte despacho telegráfico: "Congratulamo-nos com a firme decisão patriótica do governo gaúcho, determinando a legal e justa encampação da Companhia Telefônica de Porto Alegre, atendendo interesses e exigência do povo gaúcho, vez que referida subsidiária estrangeira através suspeita inoperância, vinha impondo grave entrave ao desenvolvimento da vida econômica e social desse Estado. Referida decisão vem ao encontro do sentimento da classe trabalhadora brasileira, que luta pela libertação econômica, política e social de nosso povo. Atenciosas saudações, Antônio Pereira Filho, presidente do Sindicato dos Bancários da Guanabara".

Pelo estudantado brasileiro, a UNE, em nota oficial assinada pelo seu presidente, Alcido Silva Arantes, assim se manifestou: "A União Nacional dos Estudantes vem a público para emprestar apoio e solidariedade ao ato do governador Leonel Brizola encampando a subsidiária da International Telegraph & Telephone Corporation que funcionava no Rio Grande do Sul, ato que, além de representar defesa do patrimônio e da economia daquele Estado já teve a devida ratificação dos órgãos judiciários competentes. Por outro lado aponta a União Nacional dos Estudantes

EMPRÉSTIMO VERGONHOSO DO BNDE: Governo Sem Dinheiro dá Mais de um Bilhão à Light

Por intermédio de um governo que já lhe concedia uma infinidade de privilégios o cartel Light, através de sua subsidiária Rio Light S. A. Serviços de Eletricidade e Carris, vai carrear para a sua sede no exterior, das parcas disponibilidades financeiras do país, a fabulosa soma de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, que é a quantia montada o empréstimo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, entidade brasileira de crédito público, acaba de fazer aquela empresa do capital colonizador. O empréstimo foi realizado à maneira dos assaltos, às escondidas, tendo a imprensa que se alimenta da publicidade dos trustes silenciado sobre o ajuste, enquanto o governo apenas pela publicação compulsória no "Diário Oficial" da União (de 28-12-63, página 27.821) deu conhecimento — e somente aos círculos oficiais e a uma restrita camada da população, já que o "Diário Oficial" não atinge a opinião pública. — da sua generosidade para com os "holdings" que exploram nosso povo.

NEBULOSO Tudo está muito escuro na transação danosa aos nossos interesses. Ninguém sabe, por exemplo, em que fundamentos se baseou a direção do BNDE para conceder à Rio Light o empréstimo, e nem os motivos alegados pela empresa para solicitar a ajuda. Os textos integrais dos pareceres fornecidos por técnico do Banco, informando o processo do pedido de empréstimo, são completamente desconhecidos, não esclarecendo também o BNDE se providenciou o levantamento dos recursos do grupo Light no exterior. Sabe-se apenas que o empréstimo foi realizado mediante a emissão pela Rio Light de ações preferenciais da Classe B. E até nesse ponto a Rio Light encontrou oportunidade para jogar mais um lance da sua política de fraude: emitiu ações numa quantia superior à do empréstimo, fazendo reverter o excedente a uma sua subsidiária, provavelmente para tentar em breve um novo golpe contra os nossos escassos recursos financeiros.

Várias empresas nacionais que operam no ramo de eletricidade têm recorrido ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômi-

seus recursos econômicos? Por que os governantes lanques não se preocupam, em vez disso, com o melhor aproveitamento dos recursos de seu próprio país, e em vez de consumir oitões de dólares na corrida armamentista não os utilizam para acabar com o desemprego em massa e os cortijos de Nova Iorque, onde as baratas comem crianças, como revelaram as impressionantes fotografias publicadas em "O Cruzeiro"?

3) Confirma, mais uma vez, o cinismo das alegações feitas a seus porta-vozes como Eugênio Gudin e João Neves, de que as concessões a empresas estrangeiras de serviços públicos dão prejuízos. Se dão prejuízos, por que não se alegaram com encampações como a do Rio Grande, em que o governo indeniza tendo em conta o valor efetivo do patrimônio desapropriado?

APÓIO A BRIZOLA

De todos os pontos do País e por parte de todos os setores patrióticos e democráticos, o governador Leonel Brizola vem recebendo calorosas manifestações de apoio e solidariedade: sindicatos, parlamentares, entidades estudantis, personalidades de vários círculos congregam-se com o governador gaúcho e se inspiram em sua decisão para dar maior vigor, em cada Estado, à luta contra os trustes imperialistas lanques, sanguessugas insaciáveis de nossa economia.

O povo brasileiro está decididamente ao lado do governador Brizola, enquanto repudia a insolência do Departamento de Estado e condena energeticamente a covardia do Governo Federal e do presidente João Goulart.

Em três Estados do Nordeste — Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte — desencadeou-se uma onda de brutais violências contra os trabalhadores e os estudantes. Na Bahia, os motoristas de ônibus de Salvador, lutando por um aumento de seus irrisórios salários, entraram em greve. Imediatamente, o governador Juarez Magalhães converteu a capital baiana numa verdadeira praça de guerra. Centenas de trabalhadores e populares foram presos. Uma garagem da Marinha foi cercada pela polícia, que abriu fogo contra trabalhadores que ali se protegiam. Cães amestrados da Polícia Militar estão sendo lançados não só contra os grevistas, mas contra a população que se solidariza com os trabalhadores.

O sr. Juarez Magalhães vem fazendo as piores provocações. Através do rádio, e apesar de já estarem pressas centenas de pessoas, afirmou que a greve é um movimento de "meia dúzia de agitadores comunistas", contra os quais prometeu toda sorte de violências.

PERNAMBUCO

Em Recife, as violências atingiram de maneira brutal os estudantes. Com o tradicionalmente acontece, os calouros da Escola de Engenharia na faculdade desfilando pelas ruas num "trote", inclusive conduzindo cartazes em que eram

firmado os termos do ajuste forçado por serias pressões. Porque, então, não veio aquela autoridade a público denunciar as forças e pessoas que a pressionavam, ao contrário de capitular? A capitulação, sem luta, do senhor Leocádio Antunes, compromete o definitivamente, deixando à mostra a sua face de conveniente com uma transação tão ruinosa à economia nacional quanto vantajosa a um dos tentáculos imperialistas que mais tem sugado o nosso povo.

A grande façanha científica, alcançada no dia 20 de fevereiro de 1962, coloca os norte-americanos no caminho inaugurado em 1961 pelos primeiros cosmonautas da humanidade, Yuri Gagarin e Gherman Titov.

O mundo inteiro acompanhou emocionado a aventura espacial do tenente-coronel Glenn, recolhido são e salvo, num ponto do Oceano Atlântico depois de dar três voltas em torno do planeta, permanecendo mais de quatro horas em vôo orbital.

Os grandes feitos como os de Gagarin, Titov e Glenn merecem ser preparados com maior rigor científico e meios propagandísticos, pois são os grandes progressos da humanidade devem despertar interesse, e para isso é necessário cercar de valores garantias a vida dos valerosos pioneiros.



Almino Afonso em SP: remessa de lucros

O líder do PTB na Câmara Federal, deputado Almino Afonso, realizou dia 16 importante conferência sobre o projeto que limita as remessas de lucros para o estrangeiro, com a "Sala do Estudante" do Centro Acadêmico II de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo superlotada. Resaltando a importância da Frente de Libertação Nacional para nossa emancipação econômica, o líder petebista mostrou com números a sangria causada pelas remessas

de lucros e criticou políticos e donos de jornais que compactuam com essa espoliação. Ao final da palestra houve profuso debate e foi enviado um telegrama dos presentes ao governador Leonel Brizola de congratulações pela encampação do truste dos telefones no Rio Grande do Sul. Na foto, aspecto da mesa que dirigiu os trabalhos, vendo-se o deputado Almino Afonso quando falava.

Cães Amestrados e Carros de Combate Lançados Contra Estudantes e Operários

Em três Estados do Nordeste — Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte — desencadeou-se uma onda de brutais violências contra os trabalhadores e os estudantes. Na Bahia, os motoristas de ônibus de Salvador, lutando por um aumento de seus irrisórios salários, entraram em greve. Imediatamente, o governador Juarez Magalhães converteu a capital baiana numa verdadeira praça de guerra. Centenas de trabalhadores e populares foram presos. Uma garagem da Marinha foi cercada pela polícia, que abriu fogo contra trabalhadores que ali se protegiam. Cães amestrados da Polícia Militar estão sendo lançados não só contra os grevistas, mas contra a população que se solidariza com os trabalhadores.

O sr. Juarez Magalhães vem fazendo as piores provocações. Através do rádio, e apesar de já estarem pressas centenas de pessoas, afirmou que a greve é um movimento de "meia dúzia de agitadores comunistas", contra os quais prometeu toda sorte de violências.

NATAL

Também em Natal verificaram-se violências identicas. Os calouros da Faculdade de Direito haviam organizado o seu "trote", e como no habitualmente acontece, pretendiam exibir alguns cartazes fazendo críticas a autoridades. O comandante do Grupo de Obuzes, coronel Souza, antes de sair o "trote", dirigiu-se ao diretor da Faculdade, ao governador e ao chefe de polícia, fazendo a seguinte ameaça: "A Guarnição de Natal, por ordem do Comando da Região, reprimirá toda crítica a militares

Fora de Rumo Paulo Motta Lima

Num ambiente de aflição, elabora a UDN sua Carta de Princípios. Segundo o critério udenista, passará à categoria de questão de princípio o fato de se saber se a próxima campanha eleitoral os membros do partido poderão apoiar ou repudiar o sr. Jânio Quadros. Não são conhecidos os outros pontos a serem fixados na Carta. Se no entanto alguns deles tiverem a profundidade deste, sobre a atitude udenista em relação ao sr. Jânio Quadros na futura campanha eleitoral, então essa carta precisará, com seus dogmas, ser periodicamente emendada.

O sr. Jânio Quadros, numa bela tarde de verão, renunciou e deixou meio mundo em perplexidade. A esse ato até agora não explicado seguiu-se a aventura dos três ministros militares do jânismo. Viraram-se páginas da história política do país. Hoje há preocupação quanto à volta do misterioso profeta de Vila Maria. A perplexidade motivada pela renúncia abandonou a mente da grande maioria dos brasileiros. Continua porém a torturar os proceres da UDN.

As vésperas da reunião em que será elaborado o documento que se convencionou chamar de Carta de Princípios os cerebros mais lucidos da UDN entregaram-se à solução de um outro problema, o de se saber desde quando o sr. Jânio Quadros começou a trair o partido. Em pensamento, quando ainda candidato? Durante a campanha, quando começou a surpreender os proceres udenistas (que se julgavam donos do urso) com a declaração de que não tinha compromissos com os partidos que lhe emprestavam legenda? Na hora da renúncia? Depois da renúncia? São múltiplas as questões.

Até agora não se sabe se a Carta de Princípios dos udenistas será lançada com a direta colaboração de algumas das multifírmes figuras do partido, tais como o governador-banqueiro Magalhães Pinto, que empresta o direito ao governador-cliente Leocádio Antunes, por este, do rebelde governador potiguar Aloisio Alves ou mesmo do provocador profissional Carlos Lacerda. Na qualidade de organizador do encontro, o sr. Herbert Levy declara-se disposto a levá-lo a efeito de qualquer maneira. Em último caso, reunindo ex-presidentes do partido que se dispõem a comparecer, governadores não temperamentos, líderes parlamentares de diversos estados e a arráia miúda dos diretores regionais. Para a elaboração de uma simples Carta de Princípios tudo serve, num partido que jamais deu importância exagerada aos princípios.

Enquanto isso, com suas calças verdes e suas cristas pardas, nos gabinetes de estado maior, os militares craniam dispositivos sobre a vinda de Jânio, avaliando possibilidades e considerando variantes. E o próprio Jânio, através de emissários, inicia articulação com o seu dispositivo golpista. Consulta Denis e Silvio Heck, procurando valer-se também do extraordinário descortínio do marechal Dutra, o que é o fim...

Sobre o "Exotismo" Das Ideologias

Jacob Gorender

Astrojildo Pereira, que tanto conhece a história do movimento operário brasileiro, talvez se recorde do momento em que os grandes e pequenos lumináres da publicidade anticomunista começaram a inventar contra o marxismo em termos de ideologia "exótica", "estranha a índole do nosso povo", "ameaça oriental à civilização ocidental e cristã", etc.

A nossa impressão é que essas chavões procedem de tempos imemoriais, como uma espécie de moeda corrente do anticomunismo, servindo para discursos editoriais, patrióticos ordenados e até mesmo especulações filosóficas e teológicas de categoria. Não grande é a potência dessas chavões, que os encontramos nas solenes declarações de golpes de Estado, nas sentenças de tribunais e em outros atos constitucionais e inconstitucionais próprios da democracia representativa ocidental.

Exótico, ensinam-nos o dicionário, é aquilo que não é indígena, que é estrangeiro. Em matéria de arte, plástica ou culinária, dizer que algo é exótico pode representar um elogio altamente valorizador. Mas atribuir exotismo a uma ideologia importa, ao que parece, em gravíssima acusação. Admiramos-nos tão somente que certos cristãos hoje acusem o marxismo de exótico, olvidados de que a sua religião também era tida por exótica pelos romanos da Roma antiga.

O cristianismo, por sinal, não se originou no Ocidente, porém num pequeno e turbulento país, que, segundo a geografia ainda em vigor, pertence ao continente asiático. A elite do Império Romano desprezava a nova religião cristã, considerando-a um culto oriental de nível muito baixo. Celso, filósofo platônico do século II de nossa era, dizia que os cristãos, ao adorarem um Deus corporal, se mostram grosseiros materialistas. Ai tempos, inopinadamente, desde época tão remota, outro cha-

vão: "grosseiros materialistas". Para um intelectual do Império Romano, coisa da dignidade da cultura ocidental, o cristianismo era... grosseiro materialista! Celso fazia outras pesadas acusações: dizia que os cristãos constituíam uma sociedade secreta e ilegal, que o cristianismo era ensinado, em geral, por sapateiros, tecelões e tipos semelhantes, dirigindo-se a sua propaganda, não aos homens instruídos, mas às mulheres, às crianças e aos escravos.

Os tempos mudaram tanto que sapateiros e tecelões hoje ensinam... marxismo. O povo cubano tem no sapateiro Blas Roca um dos seus melhores educadores marxistas. Os tempos também mudaram em outro sentido: o lugar do pagão Celso está hoje ocupado, embora com muito menos brilho, pelo catolicíssimo Gustavo Corção...

O cristianismo nasceu no Oriente e, ao preço do abandono de seu primitivo caráter de ideologia dos oprimidos, conseguiu tornar-se a religião oficial do Império Romano. Foi trazido ao Brasil nas caravelas dos descobridores portugueses. Devia ser bem estranho a índole dos indígenas do século da descoberta. Mas, afinal, devia se impor: era a religião dos civilizados conquistadores e tinha para propagá-la uma poderosa organização cosmopolita, com experiência já milenar.

O marxismo, este nasceu no Ocidente e não ocidental, em suas origens, como a arte grega e o direito romano. Surgiu das contradições de um regime econômico-social — o capitalismo — que primeiro se constituiu no Ocidente europeu. Suas fontes teóricas foram correntes culturais genuinamente ocidentais: a filosofia hegeliana, o socialismo utópico francês e a economia política clássica inglesa. Marx e Engels são glórias tão autênticas da civilização do Ocidente europeu quanto Leonardo da Vinci e Shakespeare, Descartes e Spinoza, Hegel e Beethoven.

As ideias de Marx e Engels se universalizaram, o que não se deve, entretanto, a alguma tenebrosa conspiração, mas ao fato tão claro de que o capitalismo criou por toda a parte uma classe cujos interesses se refletem cientificamente naquelas ideias. Proletários da Rússia, da China, da Índia e das Américas encontraram no marxismo idéntica e legítima expressão de sua missão histórica, que é uma só no mundo inteiro. Daí o internacionalismo inerente ao marxismo. Internacionalismo tão natural para os proletários modernos quanto o era para os primitivos cristãos, que se solidarizavam no seu culto acima de diferenças nacionais e chegam a recusar em massa a prestação de serviço militar ao Estado Romano.

Se alguém deve ser acusado por essa larga e rápida difusão do marxismo, esse alguém é o próprio capitalismo, que, ao estender-se, com os seus horrores, pelos cinco continentes, em todos eles enquadrou o seu robusto covetor. Se isto é uma tragédia para o capitalismo, absolutamente não o é para a humanidade.

O marxismo hoje floresce no Ocidente e no Oriente. Floresce também no hemisfério americano, muito particularmente numa ilha situada a menos de duzentos quilômetros dos Estados Unidos, causa de subitâneo e forte aumento do índice de doenças nervosas em Wall Street e Washington.

O marxismo não chegou ao Brasil a bordo de caravelas guerreiras, mas trazido pelas asas das ideias e do exemplo. As ideias vinham em livros muito escassos e fragmentariamente, nas palavras de pobres imigrantes europeus. O exemplo foi o da Revolução Socialista de novembro de 1917, que criou, na Rússia, o primeiro Estado vitorioso da ditadura do proletariado. As ideias do marxismo, que já estavam ganhando a mente de milhares de operários em muitos países, adquiriram, com a revolução bolchevique, prodigiosa força de expansão. É que elas haviam recebido a mais cabal confirmação

prática. A revolução socialista russa havia provado que o proletariado pode triunfar e assumir a direção da sociedade, reorganizando-a em benefício exclusivo dos trabalhadores.

Aqui chegamos a um ponto importante. As ideias de Marx, Engels e Lênin, engrandecidas pela revolução proletária na Rússia, não teriam provocado qualquer repercussão séria no Brasil, se aqui não existisse uma força social interessada nessas ideias e já suficientemente amadurecida para tirar delas as devidas conclusões práticas. Esta força social era o proletariado brasileiro, que vinha se formando desde o último quartel do século passado e que, nas duas primeiras décadas do século atual, atravessou uma experiência relativamente rica de tentativas de organização, de greves econômicas e de lutas políticas, chegando mesmo, em 1917, a um movimento de tipo insurrecional.

Após a instauração do Estado soviético, destacaram-se do seio do movimento operário brasileiro grupos de militantes, que fizeram a autocrítica das concepções anarquistas e compreenderam a necessidade de passar às posições do marxismo sem tomá-lo como um guia para a ação. E a ação que se requeria naquele momento era a fundação do Partido Comunista do Brasil, isto é, do partido que fosse intérprete de vanguarda dos interesses do proletariado e das massas trabalhadoras do nosso país. Tão honrosa tarefa foi cumprida por Astrojildo Pereira, Hermogêneo da Silva Fernandes e outros.

Dentro de pouco, estaremos festejando o 40º aniversário de um partido que, sempre fiel à solidariedade internacional de sua classe, tem sido lutador infatigável e corajoso pelas mais avançadas aspirações do povo brasileiro. Há quarenta anos, o marxismo adquiria cidadania brasileira, que não lhe pode ser cassada por nenhum tribunal.

...E o Brasil Não Enviou Tropas à Coreia

Reportagem de Zuleika Acanbert

"Se o protesto organizado de todos os povos será capaz de paralisar o braço dos assassinos imperialistas. Que a voz dos operários nas fábricas, dos camponeses nas fazendas dos soldados e marinheiros nos quartéis e nos navios, dos estudantes nas escolas, das mulheres que defendem a vida de seus filhos, pais e maridos, se levante num protesto vigoroso que tenha que ser ouvido pelo imperialismo e seus agentes no país".

Essa foi o pronunciamento dos comunistas, através da voz de Luiz Carlos Prestes, diante da covarde agressão imperialista ao bravo povo coreano, levada a cabo pelo imperialismo ianque e o governo filiste da Coreia do Sul a 25 de junho de 1949.

OS FATOS

A provocação sangrenta estava em curso. As tropas de Singman Rhee violavam o território da República Popular Democrática da Coreia atravessando em larga escala o Paralelo 38. A 27 de junho, Truman anunciou o envio de forças armadas norte-americanas em vastas proporções para emprender a guerra de rapina e dominação sobre toda a Coreia. O ato de covarde agressão foi acobertado pela bandeira da ONU, a base de uma decisão ilegal, tomada na ausência da URSS e da China.

A criação de uma base estratégica para o ataque posterior à URSS e à China, a utilização dos ricos recursos estratégicos da Coreia do Norte, como o urânio e deamento de uma terceira o tungstênio, e o desencadear de uma guerra mundial eram os fatores estimulantes do ataque. Foram, porém, ao mesmo tempo, a mola propulsora para colocar de pé os homens e mulheres simples de todo o mundo num dos mais impressionantes movimentos de solidariedade internacional. A frente dele estiveram sempre os comunistas inimigos irreconciliáveis das guerras de agressão e defensores intransigentes da autodeterminação dos povos.

ELISA BRANCO

Em nosso país as palavras de Prestes repercutiram nas fábricas, nos quartéis, nas fazendas, nos lares e nas escolas. E seu eco cresceu fortalecido pelas manifestações populares, fazendo-se ouvir bem além de nossas fronteiras.

Mãos firmes escreveram com energia nos muros de

todas as cidades brasileiras: "Tirem as patas da Coreia".

Em São Paulo, 3.000 pessoas saíram as ruas no dia seguinte à agressão, pedindo a suspensão imediata das hostilidades. O espírito criador de nosso povo floresceu em manifestações espontâneas de solidariedade.

COREIA!

A comvente história de Elisa foi cantada em prosa e verso.

Na manhã de um 7 de setembro, solenemente, a tropa como de hábito desfilaria. O eco dos tambores repercutia monotonamente no imenso vale. Mas algo diferente deveria ocorrer desta vez no Anhangabau. Subitamente, por cima das cabeças, uma faixa foi sentida lentamente desrolada. Diante dos olhos atônitos dos presentes, uma inscrição em letras negras apareceu: "Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coreia".

Elisa Branco, modesta militante operária, autora do feito, expressara num gesto simples, mas altamente significativo, o brado há muito contido no peito das mães brasileiras diante das exigências que diariamente partiam do Pentágono dirigidas a Getúlio Vargas: precisamos de 20.000 homens.

Elisa foi presa e condenada. Mas suas palavras multiplicaram-se nos muros da cidade, ganharam o mundo, foram traduzidas em russo, inglês, em alemão. Em nosso país transformaram-se em ação.

A CIRCULAR SECRETA

Durante meses nosso povo lutou contra a Lei de Serviço Militar Obrigatório para os cidadãos entre 15 e 45 anos, contra as coercitivas transferências de tropas de um Estado para outro, visando sempre a saída mais fácil para o exterior contra a manobra do "voluntariado", pelo retorno do navio "Tamarandé" comprado nos Estados Unidos e que deveria seguir para a Coreia com brasileiros a bordo.

A imprensa comunista denunciava dia e noite, alertando o nosso povo contra todas as artimanhas que visavam ludibriar a sua vigilância e forçar o envio de tropas para a guerra na Coreia.

Um dia, a notícia estourou como uma bomba:

"Trama-se nos bastidores o envio de tropas".

A manchete era do jornal paulista HOJE.

A seguir publicava-se uma circular secreta dos altos comandos militares que esclarecia bem o fato.

"Crime de traição" gritaram indignados os magalhães mercadores da vida e do sangue de nossa juventude. Redatores e o diretor do jornal foram presos e condenados. Mas a opinião pública tomou conhecimento da manobra.

GO HOME ACHESON!

O tempo passava. As tropas não seguiam. Novas medidas foram tomadas. A vinda de Acheson, ministro do Exterior dos EUA ao Brasil, tinha o objetivo de uma pressão mais forte. Novamente os comunistas tomam a dianteira na luta.

"Fora Acheson, inimigo da paz e da independência dos povos" — conclamou em nota pública a Comissão Executiva do PCB. "Fora o chanceler da guerra microbiana", repetiu em coro o nosso povo.

O caracol, realizando pelas ruas cortejos fúnebres, expressou sua repulsa pela inoportuna visita. São Paulo amanheceu pichada. "Go Home Acheson!"

CONTRA O ACORDO DE GUERRA

Apesar da reação desencadeada, do processo instaurado contra o Comitê Central do PCB e seu secretário-geral, das prisões efetuadas e dos jornais assaltados, as manifestações populares cresceram por todo o país. Uma última tentativa de pressão foi efetuada pelo Departamento de Estado norte-americano com a conivência de seus agentes internos: tratava-se de forçar a assinatura de um

Tratado Militar entre o Brasil e os EUA, cujos objetivos eram por demais claros: acelerar o envio de tropas à Coreia, utilização de nossas matérias-primas pelos imperialistas, a colocação do comando de nossas Forças Armadas sob o guante de oficiais ianques.

"Que o nosso povo se erga contra o crime que significa a assinatura desse novo Tratado", souou mais uma vez a voz do Partido Comunista.

APOS 3 ANOS O ARMISTÍCIO

A luta do povo coreano, contra os agressores internos e externos durou três anos. Mas a ele não faltou jamais o calor da solidariedade ativa de milhões de partidários da paz em todo o mundo. Após sangrentas batalhas e sofrimentos inauditos, o armistício foi assinado. Vibraram os povos do mundo.

Expressando os sentimentos do povo brasileiro, Prestes enviou uma mensagem a Kim-Ir-Sen, secretário-geral do Partido do Trabalho da Coreia: "O povo brasileiro que durante mais de três anos acompanhou com o alento a luta heroica dos valentes soldados coreanos, apoiados pelos voluntários chineses, em defesa da pátria contra os agressores norte-americanos, retribuiu-se com essa histórica vitória das forças da paz e da Democracia".

O resto não estava escrito: era o sentimento profundo de um dever cumprido. E o Brasil não enviou tropas à Coreia.

DEPOIMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA

No quadro das comemorações do 40º aniversário do Partido Comunista, NR instituiu um concurso de depoimentos e narrativas sobre a vida e fatos do movimento comunista brasileiro. Ao certame poderão concorrer todos os leitores, que deverão enviar suas colaborações para a redação deste semanário.

Os trabalhos deverão ter no máximo 3 páginas datilografadas em espaço dois, ou então quatro manuscritas.

Uma comissão selecionará os melhores, que serão publicados seriamente nas páginas de NR. Os cinco primeiros colocados receberão como prêmios valiosas bibliotecas de obras marxistas.

Os trabalhos deverão ser remetidos com urgência.

Como Explicar o Significado do 40º Aniversário do Partido Comunista

1 — A necessidade histórica do Partido Comunista

Nosso Partido Comunista tem, hoje, 40 anos. Surgiu como uma exigência natural do desenvolvimento da sociedade brasileira, fruto da transformação de nossa economia e, em consequência, do crescimento das fileiras, da organização, da consciência e da luta de classe inevitável do proletariado contra a exploração capitalista.

A partir do século XIX, o surgimento do partido político revolucionário da classe operária constitui, em cada país capitalista, uma exigência objetiva do progresso econômico e das leis do desenvolvimento social. Com a guerra de 1914-1918, essa necessidade torna-se ainda mais imperiosa: é a época das monopólios, da crise geral do sistema, das guerras imperialistas e das revoluções nacionais e proletárias. É a época em que o primeiro Estado socialista aponta o caminho da liquidação da exploração do homem pelo homem e da coexistência e fraternidade entre as nações.

A essa necessidade histórica, de caráter geral, somam-se no Brasil as exigências das lutas das massas trabalhadoras, na cidade e no campo. Desde o fim do século XIX, elas colocam na ordem-do-dia a necessidade de um programa político avançado e progressista, adaptado à realidade nacional, e de uma organização política de vanguarda, capaz de organizar, dirigir e coordenar as lutas de massas em nosso país. Essas lutas comovem a vida nacional — de Canudos e do Contestado às grandes greves operárias de 1917, 1918, 1920 e 1922, com que o jovem proletariado brasileiro levanta seu protesto contra a carestia e a ameaça às liberdades, por parte das classes dominantes.

O Partido Comunista surge, assim, na vida política brasileira como uma decorrência natural do avanço de nossa economia, da modificação da estrutura social e das lutas crescentes do povo. Surge numa era nova que marca o início do fim do capitalismo e em que a história põe na ordem do dia a libertação nacional dos povos oprimidos e a marcha para o socialismo.

2 — O partido de que a classe operária e o povo necessitavam

Como parte integrante da Nação, sua classe mais avançada, o proletariado brasileiro necessitava de um partido revolucionário, necessariamente centralizado para poder fazer frente a todas as eventualidades de uma luta de classe desigual e difícil — e, ao mesmo tempo, profundamente democrática, estreitamente vinculada à vida e às necessidades de nosso povo e, em consequência, ao interesse nacional.

Necessitava, portanto, de uma vanguarda consciente, capaz de guiar-se pelas leis que regem a vida e as transformações da sociedade, e de levar em conta as características da realidade nacional. Um partido que continuasse o que de melhor forjara o povo brasileiro através de nossa história, na luta pelos direitos civis, pelo interesse nacional, pela paz, e progresso e a liberdade. E que pudesse desempenhar o papel, simultaneamente, de servidor do povo

e força revolucionária, instrumento de emancipação nacional e social.

Para responder a essas necessidades, o Partido Comunista dispunha, desde o início, da arma de sua organização e de seus princípios, de sua moral nova e de seu espírito revolucionário e de uma política realista que, pouco a pouco, se ia elaborando em bases científicas e segundo a realidade concreta de nosso país. Sua força provinha, antes de tudo, de que se orientava por uma doutrina científica — o marxismo-leninismo —, que expressa fielmente os interesses fundamentais da classe operária; de que não constituía um grupo estreito e fechado de revolucionários, mas procurava ligar-se intimamente às massas do proletariado e do povo; de que não defendia interesses isolados, e sim os interesses do conjunto das massas trabalhadoras. Essa unidade de objetivos e de interesses só podia ter por expressão uma vontade única, uma luta comum e uma direção centralizada. E esta direção centralizada devia fortalecer-se, progressivamente, com a participação ampla dos organismos e dos militantes na discussão coletiva de todos os problemas e na elaboração coletiva de suas soluções, na luta de opiniões e no exercício da crítica construtiva, orientada para a revelação das deficiências, a pesquisa de suas raízes e a indicação dos caminhos e meios de sua correção.

O papel de vanguarda dos comunistas está, assim, estreitamente vinculado ao estudo e à aplicação da ciência marxista-leninista à prática da revolução brasileira; à conquista do apoio e da confiança das grandes massas do povo, através da experiência concreta da atuação dos comunistas face aos problemas e contingências de nossa vida social; e à assimilação das experiências e iniciativas com que as massas populares, como criadoras de nossa história, vêm contribuindo para a justa definição dos caminhos e particularidades da revolução no Brasil.

3 — A trajetória do Partido Comunista

A história de 40 anos de atividade dos comunistas brasileiros caracteriza-se por um esforço permanente e por uma luta abnegada a serviço da classe operária e das grandes massas do povo, dos interesses da Pátria e do progresso social. O Partido Comunista converteu-se em alvo permanente dos inimigos de nosso progresso, de nossas liberdades, de nossa emancipação nacional e social, justamente porque se revelou e se desenvolveu como continuador e defensor das melhores tradições e das maiores conquistas da nação brasileira. Sua história é a história da luta pela independência política efetiva e pela emancipação econômica do Brasil, após a Primeira Guerra Mundial; pela consolidação e a ampliação das garantias democráticas que constituíram, em todas as épocas, uma bandeira de unidade e de ação de todo o povo; por uma política de paz e de amizade com todos os povos, dentro ainda de uma tradição de solidariedade internacional que está presente em toda a nossa história.

Os comunistas lutaram e continuam lutando pela unidade e pela organização da classe operária, das grandes massas trabalhadoras do campo, da intelectualidade tradicionalmente combativa e revolucionária, do conjunto das camadas médias em processo constante e acelerado de

paupezação — e pela frente ampla de todas as forças antiimperialistas e anti-feudais.

Ai estão, incorporados à vida das massas trabalhadoras e à história de nosso país, os marcos sucessivos deste esforço: o Bloco Operário-Camponês, que destaca, desde 1928, a importância decisiva da unidade, da organização e da ação política das massas trabalhadoras da cidade e do campo; a Aliança Nacional Libertadora, que abre caminho à frente ampla das forças patrióticas e democráticas, na luta contra o latifúndio e os monopólios estrangeiros; a resistência à instauração de ditaduras reacionárias, a luta contra o integralismo e contra o Estado Novo, as grandes manifestações contra a ameaça de guerra e a influência do nazifascismo na vida nacional; a luta em defesa do petróleo e das riquezas naturais, pela participação do Brasil na guerra justa contra a Alemanha hitlerista. E, a partir de 1945, o combate constante pela democratização do país, pela liquidação das bases militares estrangeiras em nosso território, pela reforma agrária e as demais reformas de estrutura que condicionam o avanço econômico, político e social do país. Ai estão os 5 milhões de votos brasileiros ao pé do Apêlo de Estocolmo e a luta abnegada contra o envio de soldados brasileiros à guerra imperialista na Coreia. Ai está, mais recentemente, a Convenção Nacional de setembro de 1960, com a correção dos erros de nossa atividade anterior e com a ampla plataforma de ação comum aberta a todos os patriotas e a todos os democratas.

Os comunistas brasileiros revelaram-se, assim, como um movimento inabalavelmente fiel ao povo e incondicionalmente voltado contra os inimigos do povo. Nestes 40 anos, algumas de suas bandeiras penetraram profundamente a consciência nacional e transformaram-se em bandeiras de luta de nosso povo: a necessidade de combater a dominação imperialista; a necessidade de uma reforma agrária que liquide as bases do latifúndio e do domínio de classe dos latifundiários; a necessidade de defender e ampliar as liberdades democráticas, garantir a legalidade constitucional, barrar o caminho às tentativas de golpe e ditadura.

4 — A necessidade de um Poder revolucionário antimperialista e anti-feudal

A luta por esses objetivos está em curso. Os acontecimentos de agosto-setembro de 1961 mostraram o alto nível de consciência política do povo brasileiro e um avanço sensível na incorporação das massas trabalhadoras à atividade política, em defesa da legalidade constitucional e em torno das reformas de base indispensáveis ao progresso do país. A partir de então, as forças mais consequentes da frente única de resistência democrática continuam a mobilizar-se, em nível novo e mais alto. Mais que nunca, a vida impõe, assim, a instauração de um governo nacionalista e democrático, expressão de todas as forças interessadas na consolidação da democracia e na soberania do país — desde o proletariado até à burguesia ligada ao interesse nacional! Um governo de coalizão, capaz de adotar as soluções de caráter patriótico e democrático mais urgentes e de abrir assim o caminho necessário às soluções decisivas exigidas

pelo desenvolvimento de nossa sociedade.

A situação do país exige uma transformação revolucionária profunda em nossa vida social. Sua efetivação só será possível, portanto, sob uma nova correlação de forças políticas e com a instauração de um poder revolucionário, constituído pelas forças efetivamente interessadas em transformações antiimperialistas e democráticas de caráter radical. Nesse novo Poder, o proletariado, apoiado na aliança das massas trabalhadoras do campo e da cidade, deverá ter o papel dirigente.

Cabe assim aos comunistas, o dever imperioso de ganhar as massas populares para a compreensão da importância do Poder político e para a necessidade de fazer avançar o processo revolucionário em nossa Pátria. A mudança da correlação de forças políticas e a conquista de um Poder antiimperialista e antifeudal devem ter por base a aliança da classe operária, das massas camponesas, da intelectualidade, das camadas médias, do conjunto das forças de progresso e de democracia; por caminho, as reformas de estrutura reclamadas pelo conjunto do povo; por instrumento, a presença crescente do proletariado e das forças do trabalho na vida política e no Poder estatal, através da ação de massas consciente e organizada.

A classe operária está pronta, com o seu Partido Comunista à frente, para enfrentar essas responsabilidades. O papel nacional do Partido Comunista torna-se, dia e dia, mais claro para todos. O anticomunismo está hoje sem máscaras, na vilzeia de sua ação antifuncional e antipovo, amarrado ao suborno e à pressão dos monopólios estrangeiros, às tentativas de golpe de chefes militares divorciados da lei e do povo e à teia de crimes das ações terroristas, isoladas e condenadas pelo povo.

5 — A legalidade do Partido Comunista — condição de nosso desenvolvimento político, econômico e social

Aos 40 anos de seu Partido de vanguarda, a classe operária apresenta-se, com orgulho, diante do conjunto de nossa sociedade, como a grande força social verdadeiramente devotada aos interesses do conjunto das massas trabalhadoras e ao interesse do país. Sua luta pelas liberdades, pela independência nacional, pela paz, não é fruto de situações de emergência ou de objetivos passageiros: é parte integrante e condição indispensável de sua luta pelo socialismo.

És porque, em nossa época, já não se pode compreender a defesa ou a ampliação da democracia e o progresso social sem a participação da classe operária e de sua vanguarda comunista.

És porque, mais que nunca — dentro da nova situação criada com os acontecimentos de agosto-setembro de 1961, a luta pelo registro eleitoral do Partido Comunista constitui uma exigência profunda do interesse nacional, de combate justo de todos os patriotas, de todos os democratas pelos liberdades e pelo progresso de nosso país, no caminho da emancipação nacional e do socialismo.

PROIBIÇÃO DE LIVROS: ESCRITORES REPUDIAM MACARTISMO DE NASSER

Canto de Página

Sob o sol

Enxada

A recente portaria do ministro da Justiça, determinando a apreensão do livro de Ernesto Guevara A Guerra de Guerrilhas, secundada pela extensão da proibição às obras de Mao Tsé-tung, suscitou, entre todos os intelectuais defensores das liberdades democráticas, as mais veementes manifestações de repúdio.

Jamil Almansur Haddad

O poeta, ensaísta e crítico literário Jamil Almansur Haddad, que lançou recentemente os livros Romancero Cubano e Revolução Cubana e Revolução Brasileira declarou:

«A portaria do ministro Nasser é muito mais subversiva do que os livros que a reação considera tal coisa. A proibição do livro de Guevara pode representar o início de uma série de repressões análogas e de que a consequência final seja o massacre do que nos resta ainda do exercício das liberdades públicas»

Marques Rebelo

Romancista, biógrafo de Manuel Antônio de Almeida, conhecedor, dos melhores da história desta Cidade, contista, Marques Rebelo tem uma longa vida de atividade intelectual, de contacto com os problemas da cultura, inclusive na época do Estado Novo. A NOVOS RUMOS declarou Marques Rebelo:

O ministro da Justiça não deve proibir nada. Não lhe cabe a tarefa de censurar coisa alguma. Deve-se publicar qualquer livro, pois se ele for bom ou mau,

isso depende de cada um que o ler. O sr. ministro da Justiça não pode proibir livros de Hitler ou de quem quer que seja. Na realidade, ele só poderia censurar os seus próprios discursos, o que seria muito mais sensato. Estamos numa democracia e qualquer tipo de censura é inadmissível»

Milton Pedrosa

Contista de O Homem que não gostava de Cães e Noite e Esperança, Milton Pedrosa disse:

«É mais uma tentativa de volta aos tempos fascistas que culminaram com a queima de livros em praça pública, na época de Hitler e Mussolini. Mas os tempos agora são outros. E os meios culturais já começaram a protestar contra a medida realmente absurda, que, além do mais, é contrária à Constituição»

Enxada

«Essa medida é a maior demonstração de um governo de atitudes ditatoriais. Isso é inconcebível numa democracia. Aquilo que tem o livro, tem tudo o mais». Foi assim que se expressou o cronista Enxada, que também comentou a repulsa que lhe tinha cou-

rado a arbitrariedade do ministro da Justiça.

Enio Silveira

O editor Enio Silveira, presidente do Sindicato Nacional dos Editores, disse que a portaria do ministro «é um perigosíssimo precedente», tendo ainda informado que o seu Sindicato está tomando posição digna do problema. Sua declaração, na íntegra, é a seguinte:

«Considero um atentado à liberdade da palavra impressa e um perigosíssimo precedente que nos pode reconduzir aos horrores da ditadura de caráter fascista por que já passamos em outra época, neste país. Como editor e como diretor do Sindicato Nacional dos Editores, estou organizando um movimento de que resultará o envio ao ministro da Justiça de um vigoroso protesto contra esse atentado»

R. Magalhães Junior

O acadêmico Magalhães Junior, historiador e ensaísta, juntou-se às vozes de protesto contra a intelecção inquisitorial do ministro da Justiça e em defesa da liberdade intelectual. Disse-nos ele:

«Atitudes deste tipo são sempre um péssimo sintoma. É censurável que se aprendam livros, quer sejam eles de Hitler ou de Guevara. Amanhã são os pretextos mais variados possíveis, começaram a aprender qualquer outro livro. A apreensão de livros, como de Hitler, há vinte anos atrás, encontrava justificativa, mas hoje é preciso que nós os conheçamos o fim de poder contrastar suas idéias»

Franklin de Oliveira

Autor do importante livro, recentemente publicado, Revolução e Contra-Revolução no Brasil, Franklin de Oliveira manifestou-se violentamente contrário a esse atentado da liberdade intelectual, com as seguintes palavras:

«Sou violentamente contra esta portaria. É um atentado não só contra toda a liberdade, em geral, mas também contra a mais fundamental das liberdades de pensamento, sem as quais nenhuma outra subsiste»

Geir Campos

O poeta Geir Campos (Canto Operário, Canto Provisório) também externou o seu protesto, não admitindo que atualmente se verifique esse tipo de cen-

sura. Completou seu veemente protesto com as seguintes palavras:

«So combate idéias com a violência, quem não tem outros idéias a opor com eficácia»

Protesto unânime

As declarações que aqui estampamos são um índice da reação geral de todos os intelectuais brasileiros, que, salvo poucas e necessárias exceções, não admitem absolutamente que se concretizem quaisquer tipos de atentados contra as liberdades democráticas. Liberdades conquistadas em um longo processo de luta política, que não pode sofrer nenhum retrocesso, arriscando a que o país comecem a ingressar em uma época de violências macartista, perpetradas em nome da defesa da democracia, enquanto as autoridades fecham os olhos ao stalinismo maquista, que para eles se resume a quatro pilas fogueiras que andam soltas por aí.

Não creia o ministro da Justiça que suas atitudes macartistas encontrarão a condescendência silenciosa dos intelectuais e do povo brasileiro. Estes levantarão o seu protesto e se oporão de forma consequente a essas atitudes.

Devemos aproveitar o sol que reapareceu afinal, se bem que a chuva não nos tenha abandonado. Depois de tantos e tantos dias — quanto, nem sei mais — de chuva persistente e insistente, quando já começávamos a desaperpear de tanta água — enquanto as torneiras continuam silenciosas. — veio o sol. Disparemos em alegria, porque afinal depois do temporal vem a bonança, como lá diz o ditado.

Ora, vejam vocês este telegrama do Vaticano: «A Congregação dos Ricos examinou dois milagres propostos para a canonização de Martin de Porres, filho de um nobre espanhol e de mãe mexicana, natural do Peru (Lima) em 1579, que foi famoso pelas suas obras de caridade entre pobres e enfermos». Guitto dia a Igreja riscou S. Jorge e vários outros santos, agora vai adotar um que tem um nome difícil para a santidade. Enfim, como há muita gente bêbeda no mundo, e bem natural que haja um santo chamado de Porres. Vale o trocadilho, pois não?

Como o dia em que esta crônica é escrita há sol, a autora, irmã de vocês, está bem humorada. Começa com um canto de nome cadrucho e vai acabar contando que, seguindo os jornais, o Carnaval deste ano vai sair caro. Um folião da classe média não brincarão por menos de 35 ou 40 mil cruzeiros. Onde irá buscá-los? Balles caríssimos, inclusive o do Municipal onde a pequena burguesia gosta de pular ao lado da granfinagem e das artistas que vêm de Hollywood chatear o carnaval carioca. Chatear, sim. É uma estranha forma de turismo essa de trazer, não gente para gastar dinheiro aqui, mas para ganhar dinheiro. Pagamos para que apareçam senhoras e senhores de elevada categoria no cinema, esportistas de grande ou pequeno calibre. O Municipal, este ano, em benefício do Asilo São Luiz para a velhice devaldo. O governador, num ato demagógico, resolveu que cada instituição de sua especial amázeiga promovesse seu baile beneficente no Carnaval, já que ele cortou todas as verbas das instituições filantrópicas, e natural que faça isso, se bem que a beneficiada seja uma só em cada ano.

Mas não há de ser nada. Um escritor chamado Mécia Tati, homem de bem, que há seis anos promovia o Carnaval carioca, funcionário que era do Departamento de Turismo, crente e principalmente apaixonado pelo nosso Carnaval foi retirado sem mais nem menos, sem saber porque, do mencionado cargo para a Secretaria do Interior, ou seja, para uma secretaria de polícia. Nenhum escritor que se preza pode aceitar um cargo de polícia. Esperamos que Mécia Tati continue como vem sendo até hoje: coerente consigo mesmo.

Assuntos mil. Ficam estes hoje para que vocês possam sentir que escrevi esta crônica sob as bênçãos de um lindo sol.



ASSINOU E FALOU

Franklin de Oliveira, o festejado autor de Revolução e Contra-Revolução assinou autógrafos de seu último livro e falou a NR sobre a apreensão de livros pelas autoridades. É contra, e diz que isso é fascismo.

PORTINARI

Clóvis Graciano

Conheci Portinari em 1934, quando, depois de alguns anos de desenho, eu pintava meus primeiros quadros a óleo. Logo no ano seguinte, seu irmão José e eu encarregamo-nos de arranjar um local para sua primeira exposição em São Paulo. Por intermédio do professor Alexandre Albuquerque, então presidente da Associação Paulista de Belas Artes e do escultor José Cucé, foi conseguido um salão de propriedade do dr. Samuel Ribeiro, na Rua Barão de Itapetininga. Seus quadros ficaram alguns dias na pensão em que morávamos, seu irmão e eu, e bem se pode imaginar o quanto impressionaram e quantas discussões suscitaram entre alguns dos jovens pintores que então frequentávamos o curso livre da Escola de Belas Artes, e começávamos a nos reunir no edifício Santa Helena, para sessões de croquis. Lá estava o seu Mestiço, o Morro, o Futebol e, entre outros, dois maravilhosos retratos de Patrícia Galvão e de Mario Altuori.

Quinze anos depois encontramos-nos em Paris, e por um ano moramos no mesmo hotel, viajamos pela França e pela Itália. Eu já conhecia suficientemente o artista. Conheci então o homem, o amigo, o companheiro. Para o artista, a arte era tudo — por ela viveu por ela morreu. O homem interessava-se por tudo, e, no seu aparente isolamento, sentia os problemas dos seus semelhantes, e se não podia resolvê-los, expunha-os ornadamente nos seus quadros.

Agora, na sala mortuária de um hospital, Portinari está deitado. Cerraram-se para sempre os seus olhos azuis. Suas mãos estão cruzadas sobre o peito — não pintarão mais as alegrias e os sofrimentos do seu povo.

Perdemos o artista, o homem.

Perdi o amigo, o companheiro.

Sua arte continua.



Tarde de revolução

No dia 16 deste mês, realizou-se na Livraria São José uma tarde de autógrafos, quando intelectuais e leitores confraternizaram em torno do auspicioso lançamento de duas importantes obras: Revolução Cubana e Revolução Brasileira de Jamil Almansur Haddad, e Revolução e Contra-Revolução no Brasil, de Franklin de Oliveira. Os dois autores, nomes já conheci-

dos por diversas obras de mérito, traçam nos livros lançados as principais características do momento nacional, encarando-o de um ponto de vista anticolonialista, e apontando ao povo brasileiro o caminho a seguir na marcha de nossa emancipação. Na foto, os autores quando autógrafavam para o público.

Tópicos Típicos

Pedro Severino

UM FALSO RUY

Entrevistado na televisão, o sr. Ruy Gomes de Almeida fez interessantes declarações. Perguntaram-lhe, por exemplo, a que se devia, no seu entender, a simpatia de amplos setores da intelectualidade brasileira pelo comunismo. O sr. Ruy Gomes de Almeida — que é presidente da Associação Comercial — disse que os escritores brasileiros se sentem frustrados porque não conseguem produzir obras de qualidade, como os grandes escritores do século passado. E acrescentou:

— ... não conseguem produzir obras como as de Anatole France.

O sr. Ruy Gomes de Almeida não sabe que Anatole France era comunista, que antes de morrer pediu ingresso no Partido.

SDJB VAI VOLTAR

Informante de confiança nos assegura que, por determinação expressa da condessa, vai voltar a ser editado o Suplemento Dominical do "Jornal do Brasil".

FRANQUEZA DE BERNARD SHAW

O falecido George Bernard Shaw era vítima de freqüentes provocações, na Inglaterra, por causa das suas simpatias pela União Soviética e pelo comunismo. Pouco antes da sua morte, um repórter perguntou-lhe se era verdade que ele tinha dito que gostaria de passar os seus últimos momentos na URSS. Shaw respondeu-lhe:

— A verdade é que eu não gostaria de passar os meus últimos momentos em parte alguma.

CONSELHO DE OSCAR WILDE

Um escritor mediocre lamentou-se, certa vez, diante de Wilde:

— Organizaram contra mim uma conspiração de silêncio! Que posso fazer?

Wilde aconselhou-o: — Entre na conspiração.

ADJUBEI DÁ O GÓZO

Antes da exibição no Rio do filme 'Arco-Iris', baseado em um livro da escritora Wanda Wasilewska, o diretor do 'Izestia' foi chamado a saudar a escritora. Logo às suas primeiras palavras, Alexis Adjubei verificou que o microfone enguiçara. Examinando-o, viu que era de fabricação norte-americana. Virou-se, então, para Wanda Wasilewska e disse, em voz alta, apontando para o aparelho:

— Técnica norte-americana... Não funciona direito.

Confisco de Livros Vem de Longe e Nunca Foi Bom

3. de Lemos

Não foi Hitler, nem Salazar ou o ministro Alfredo Nasser que descobriram a intolerância, a perseguição, a caça-às-felicitarias, como recurso de apagar a chama da verdade que está sempre à frente dos homens e dos movimentos favoráveis ao evoluir da história. Bem antes deles, já a humanidade conheceu milhares de torquemadas. Estes, entretanto, perderam-se no monturo da história, no canto onde se recolhem as consciências estériles dos tartufos, dos mediocres, dos il-ranetes obtusos.

Na luta entre o velho e o novo, entre o que ascende e o que decal, os momentos de perseguição inquisitorial marcam o início do fim dos que já não podem manter-se em suas posições, diante da força avassaladora da verdade objetiva.

A história está cheia de exemplos de intolerância. Buscamos alguns poucos, a fim de caracterizar a presença sempre arbitrária do reacionarismo, no esforço inútil de colocar-se contra a evolução do movimento histórico. Os casos mais conhecidos são os da Inquisição, quando não bastava apenas a queima de livros, mas era ainda exigido pelos juizes do Santo Tribunal que os seus autores fossem sacrificados. Igual à Inquisição, so o nazismo.

Platão, que ficou na história da filosofia como uma das maiores cabeças do idealismo subjetivo, foi um dos primeiros a manifestar a vontade de contrapor-se às idéias de um adversário pela simples supressão de seus livros, através de um processo violento. Inimigo dos princípios postulados pelo materialista Demócrito, indignara-se, a tal ponto, com a ressonância das suas idéias consequentes, que ex-

terrou a dois amigos sentir ganas de queimar todos os livros de Demócrito que já conseguira reunir. Amélias e Clinias, os amigos, mais sensatos que o filósofo da Academia argumentaram por isso inútil, uma vez que sempre haveria pessoas, possuidoras das obras de Demócrito. Platão escapou por pouco de entrar no rol dos intolerantes praticos.

A Companhia de Jesus, que marcou época nas suas andanças pelo Brasil, elaborou quatro índices exurgatórios de livros, nos anos de 1564, 1581, 1597 e 1624. Nesses índices, encontravam-se arroladas, como proibida a herética, grande parte da literatura portuguesa de então. Como se isso não bastasse, a Companhia editou hediondas antologias onde os textos eram grosseiramente deturpados.

O sábio polones Nicolau Copernico, uma das maiores glórias da humanidade, constatou e demonstrou que a Terra girava em torno do Sol, contrariando assim as teorias ptolomaicas que a Igreja, acediava como dogma, e que diziam ser a Terra parada e o Sol girar a sua volta. A Igreja classificou de hereesia a afirmação do sábio, colocando a sua principal obra, intitulada Sobre as Revoluções dos Corpos Celestes no índice dos livros proibidos como herejes.

Giordano Bruno, cientista e filósofo italiano, concluiu que as idéias de Copernico eram verdadeiras, e sobre elas fez importantes estudos que aumentaram o saber humano. Pressionado pela Igreja a fim de voltar atrás em suas afirmações, manteve-se irredutível e que lhe custou a condenação sua e de seus livros a fogueira.

Galileu Galilei, também italiano, descobriu o telescópio, observando direta-

mente os astros, nomeou acidentes lunares, realizou importantes estudos, mas, por professar as mesmas teorias de Copernico, foi encarcerado e torturado, a fim de abjurar de suas idéias. Enfermo, não suportando a bestialidade das torturas inquisitoriais, negou que as suas idéias representassem a verdade. Tal negação, porém, não passava de uma declaração absolutamente profunda quanto à realidade das teorias que defendera de público.

Um dos maiores nomes da literatura universal e o do russo León Tolstói. Livros como Guerra e Paz, Ana Karenina e Ressurreição, para citar apenas estes, são livros de todas as épocas, obras de mais profundo humanismo, criações que humanizam o espírito humano. Também Tolstói viu, no dia 14 de fevereiro de 1884, a censura zarista mandar prender, na tipografia, todos os exemplares de seu livro. Qual é a minha Fé. O livro, no entanto, acabou sendo distribuído e lido em forma manuscrita.

As implicações da censura não pararam por aí. No dia 10 de março de 1890, os ascendentes do czar proibiram que figure, no conjunto das Obras Completas do autor, o seu livro Sonata a Kreutzer.

Os motivos? Bem, no primeiro livro, Tolstói expunha a sua descrença na decedente Igreja Ortodoxa Russa, e apresentava os princípios de sua crença religiosa, bastante pessoal. No segundo livro, Tolstói faz uma consequente análise da condição da mulher na sociedade de sua época.

Na França, principalmente na época que antecedeu a Revolução de 1789, a censura monárquica cometeu abusos inomináveis

O livro de Voltaire Carlas Filosóficas, onde fazia a apologia do sistema inglês de governo, foi lançado a fogueira, no patio do Palácio Imperial, pelas mãos do próprio rei. A sustentação do autor ficou insustentável, pelo que se afastou do país.

Igual destino tiveram os Pensamentos Filosóficos do enciclopedista Diderot.

Os primeiros exemplares da celebre Enciclopédia, onde estavam arrolados os conhecimentos alcançados até a época pelas ciências e as artes, foram confiscados pelo governo.

O tribunal do reino proibiu, no território francês, das obras de Paul Dietrick d'Holbach, que eram publicadas com pseudônimo ou nomes alheios principalmente em território da Holanda.

A obra de Jean-Jacques Rousseau intitulada Emílio ou educação a fogueira pelo Parlamento de Paris. O autor foi obrigado a refugiar-se então na Suíça, mas aí também já se proibiu esse seu livro e mais o Contrato Social. Rousseau acabou deportado, ficando os seus dias na mais completa miséria.

Gustave Flaubert, uma das maiores expressões da literatura francesa, teve o seu livro mundialmente célebre Madame Bovary processado pela polícia correccional de Paris, acusado de ultraje à moral religiosa e aos bons costumes.

Na Inglaterra, sem falar nos casos criados com as obras do dramaturgo G. Bernard Shaw, o exemplo mais famoso de intolerância e o que se deu com o livro O Amante de Lady Chatterley, escrito por D. H. Lawrence, em 1928.

Essa obra jamais pudera ser editada na Inglaterra, embora circulasse livremente na maioria dos outros países. Foi apenas em 1960

que o seu editor deliberou levar o livro às barras do Tribunal, quando então, o Amante — for devidamente julgado e anistado, depois de trinta e dois anos de censura e de clandestinidade. O livro, já velho hoje em dia, conta apenas, com características de profundo realismo, os amores de uma lady infeliz por um guarda-florestal.

Nos Estados Unidos, temos o famoso caso, já aprovado pelo cinema, quando em 1925, um professor do Tennessee foi processado, por ensinar nas escolas de Darwin era razoavelmente superior aos textos bíblicos em matéria de morfologia biológica.

Na letra de Tio Sam, um dos seus mais renomados escritores, James Joyce viu o seu célebre livro Ulisses censurado. A obra, uma das mais importantes criações românicas de nossos tempos, só pôde aparecer depois de uma sentença do Tribunal federal.

Na década de 50 o macartismo fez furor nos Estados Unidos. A intelectualidade americana foi obrigada a verdadeiros autos-de-fé, livros foram confiscados, o cinema de Hollywood passou por uma crise negra de mediocridade, e as próprias relações entre os intelectuais foram abaladas por atitudes de delação recíproca, onde foram honrosos os casos onde se pôde constatar uma atitude de respeito à própria consciência.

Em Portugal, Salazar vai da censura de obras socialistas até a proibição de uma segunda edição do livro Quando os Lobos Vivam, de autoria de um dos seus maiores romancistas, Aquilino Ribeiro.

A Companhia Maria Della Costa, quando esteve, o ano passado, em Lisboa vai a encenação da peça A Alma Boa de Se-tuan, de Bertolt Brecht, apurada por uma

claque da PIDE, sendo obrigada a suspender a sua apresentação.

Já 15 anos antes, Procópio Ferreira não pudera atender a solicitação de habitantes da cidade do Porto, no sentido de ali encenar a peça de Joracy Camargo, Deus lhe Pague.

Finalmente, o Brasil. Aqui os lançes também não são poucos. No entanto, um dos casos mais interessantes, principalmente pela época em que se verificou, é o do livro de Eduardo Prado A Ilusão Americana. Sobre ele, pedimos licença para citar as próprias palavras do autor:

"No dia 4 de dezembro de 1893 foi posto este livro à venda nas livrarias de São Paulo. Vendidos todos os exemplares prontos nesse dia, foi às livrarias o chefe de polícia e proibiu a venda. Na manhã seguinte a tipografia em que foi impresso o livro, amanheceu cercada por uma força de cavalaria, e compareceram a porta da oficina um delegado de polícia acompanhado de um burro que puxava uma carroça. O delegado entrou pela oficina e mandou ajuntar todos os exemplares do livro, mandando-os amontar na carroça. O burro e o delegado levaram o livro para a repartição da polícia".

Mais adiante, explicava o autor que tal atitude se deu, pura e simplesmente por querer "a douta na de que o Brasil deve ser livre e autônomo perante o estrangeiro".

Como vemos, por esse rápido bosquejo, se o sr. Alfredo Nasser o desejar, não lhe faltarão argumentos com que abone a sua conduta. No entanto, seria bom lembrar que já há a história perdoada que atiraçoam as liberdades, embora os que estejam dela participando não se lembrem as vezes disso...

Plano telefônico de Lacerda: 42 bilhões de lucro para a Light

Reportagem de Iberê de Barros

Enquanto o governador Leonel Brizola assina o decreto 13.186/62 e cassa a autorização concedida a Companhia Telefônica Nacional (subsidiária gaúcha da International Telephone and Corporation) para a exploração do serviço telefônico no território do Rio Grande do Sul, o governador Carlos Lacerda preside a Assembleia Legislativa da Guanabara no sentido da urgente aprovação da Mensagem 39/61 que concede excepcionais favores à Companhia Telefônica Brasileira (subsidiária carioca da Brazilian Traction Light and Power) através de uma pseudo-empresa mista a que se deu o nome de COTEG.

Que o governador Brizola, ao desapropriar os bens da International Corporation agiu em função do interesse público prova-o a violência com que os mais notórios porta-vozes dos "holdings" reagiram ao decreto 13.186/62. A violência e a impudência que se encontram, por exemplo, no editorial de "O Globo", do dia 19 último:

"Pois só uma autoridade imatura — diz o órgão dos trusts no Brasil — como o governador do Rio Grande do Sul, se aventuraria a desapropriar, nesta hora, uma grande companhia estrangeira, concessionária de um serviço público estadual, menosprezando as reações que forçosamente se levantarão contra sua decisão, no país de origem dos capitais espoliados, bem como o tremendo dano que poderia causar ao Brasil. Que o caso presente cheira a espoliação está mais do que evidente."

Para o despertar do Par. que Lage não são as empresas estrangeiras, subsidiárias dos gigantes "holdings" internacionais, que espoliam o Brasil... E o Brasil — no caso o Rio Grande do Sul, que espolia o capital estrangeiro!

A SOLUÇÃO DE LACERDA

De outro lado, o que acontece no Estado da Guanabara? O que faz Lacerda, com o estímulo dos louvores de "O Globo"? Sugere a criação de uma Companhia Telefônica com a participação dos atuais concessionários, inadimplentes e desmoralizados e que jamais cumpriram um só dos sucessivos contratos firmados com a municipalidade carioca... Farsa, tão vergonhosa, que levou o deputado Temístocles Cavalcanti, da própria bancada governista, ex-líder do próprio governo de Lacerda, a assim criticar a mensagem do Executivo, em minucioso parecer de 34 laudas datilografadas:

"Temos algumas reservas sobre o projeto de lei proposto pelo Governo e que assim podemos resumir:

- 1 — Falta de flexibilidade do plano que abrange uma previsão a longo prazo, sem atender à evolução da conjuntura não só econômica, mas também política e social.
- 2 — Posição débil do Estado na nova sociedade, com 51% do capital, o qual, enquanto que a Companhia Telefônica tem 49% do capital já realizado e em pleno funcionamento.
- 3 — Falta de determinação exata do capital da empresa a ser criado.
- 4 — Falta de fixação exata da parte do capital da Companhia Telefônica e de que será este o capital declarado para o fim da encampação.
- 5 — Falta de determinação da estrutura da administração da nova empresa.
- 6 — Sistema de contribuição dos novos usuários para instalação dos novos aparelhos, que serão devolvidos com os lucros da empresa obtidos com a elevação das tarifas pagas pelos próprios usuários.
- 7 — Modificação do sistema tarifário e elevação de tarifas que impõem um pesado ônus sobre os usuários. Inclusive para os atuais 230.000 usuários, sobre os quais vai recair o peso da expansão dos serviços."

Na verdade, o que Lacerda propõe — como bem assinalou o deputado Temístocles Cavalcanti — é o fortalecimento da atual concessionária, através de um brutalíssimo sistema tarifário (uma chamada telefônica custa R\$ 7,60) e de uma discriminatória remuneração de capital (o capital da CTEB receberá juros de 12% anuais, enquanto o dinheiro entregue à COTEG pelos novos assinantes, será remunerado na base de 9% anuais). Vejam, a propósito, a afirmação do udenista Temístocles:

"A divisão do capital 51% do Estado a realizar e 49% da atual concessionária já realizada, torna a posição do Estado extremamente débil na estrutura jurídica e econômica da empresa. O predomínio técnico e econômico da concessionária conservará a sua posição de comando, o que torna ilusória a orientação proposta. Preferível seria a existência de uma empresa estatal nova e poderosa com a atual concessionária mediante um contrato de larga colaboração técnica, até que sejam obtidos recursos para encampação da concessionária."

Mas isso — e sugestão do próprio Temístocles Cavalcanti... — não interessa aos concessionários dos telefones. Obviamente também não interessa ao governador. Em lugar de uma empresa estatal, e a pretexto de que o imperioso aproveitamento "know-how" da Light (como se todos fossemos uns canibais) Lacerda arma uma empresa aparentemente mista, mas que na prática está sob o predomínio técnico e econômico da Brazilian Traction, e permite que esse novo ramal dos trusts escoreche o pote carioca assim dissecado pelo udenista Temístocles Cavalcanti: "Nesse particular as tarifas propostas são, por demais elevadas — Cr\$ 900,00, com direito a 120 chamadas por mês, isto é, Cr\$ 7,50 e por chamada extra."

Levando-se em consideração os níveis médios de vida e de salários e a flagrante utilidade dos telefones em uma cidade de meios de comunicações precários, e com os hábitos que não podem ser alterados de um momento para o outro, a tarifa proposta, com o processo de medição, ficará, segundo me parece, demasiadamente elevada."

Para beneficiar a Light com uma arrecadação prevista em mais de 42 bilhões de cruzeiros! — Lacerda anula o atual sistema tarifário em que o assinante pode dar um número limitado de telefonemas pagando Cr\$ 450,00 mensais... Fica também anulada a cláusula XXX — a do contrato decorrente da Lei 778, de 12 de setembro de 1953, que estabeleceu a obrigatoriedade da CTEB instalar 97 mil terminais telefônicos no prazo máximo de 36 meses... Agora, segundo Lacerda quem quiser telefone terá de pagar 24 mil cruzeiros pela instalação do aparelho (ganhando juros de 9% que serão pagos com as tarifas pagas pelo próprio assinante...) e também submeter-se a um serviço medido que fará com que as mensalidade

des de telefones subam de Cr\$ 450,00 para mais de 7.000 cruzeiros mensais!

SINAL ABERTO

Mas o plano de Lacerda não se limita a isso. Lá está dito — item 3, da mensagem 39/61 — que "o capital da Concessionária é considerado de Cr\$ 10.138.413.000,00 conforme escrita da mesma... Fato, aliás, que levou o deputado Temístocles Cavalcanti a escrever em seu parecer: "É estranhável também que não tivesse o plano apresentado dados mais claros e positivos em relação ao tombamento do bem da Concessionária e da determinação exata da sua participação na empresa estatal. A fixação precisa do capital da nova sociedade a constituir-se, é, segundo me parece, condição elementar para se definir a estrutura jurídica e econômica da empresa"

Portanto, em lugar do tombamento dos bens, e da avaliação que considerasse as remessas de lucros, as transferências ilegais de rendas a título de empréstimos, etc., Lacerda aceita como válido o capital da CTEB "conforme escrita da mesma!" E preciso dizer mais?

E claro que o governador não ignora a história de rapina do "holding" Brazilian Traction em nosso país. Veterano frequentador dos guleches da avenida Marechal Floriano, Lacerda sabe que o capital da CTEB foi constituído com os próprios recursos do povo carioca, com a chamada perversidade de tarifária, com os golpes espetaculares dos empréstimos que fizeram da Light um "virtual saco sem fundo, que já encolou mais de US\$ 1.000.000,00 de nossa economia. Como aquele polpodo empréstimo que a Brazilian Traction" obteve do International Bank of Reconstruction and Development

ment a juros de 4% anuais e que foi transferido a sua subsidiária CTB a juros de 8% anuais... dentro do melhor estilo em que operam as "holdings companies". E empréstimo garantido pelo aval do governo brasileiro! Lacerda também sabe que em 1948, além da garantia do governo brasileiro para o empréstimo do International Bank, a CTB também recebeu um aumento de 38% em suas tarifas, obrigando-o em troca a atender "no prazo de 4 anos todos os pedidos de instalações, e mudanças de telefones, devendo para tal fim inaugurar além de 28.800 terminais mais 3.000, ou o número que fosse necessário."

E o compromisso da cláusula IV, do aditivo de 1948 foi cumprido? Logo em março de 1949 a CTB pediu ao prefeito a prorrogação dos prazos para cumprir as suas promessas, dizendo no seu ofício T.1.211/49: "Fazendo este pedido, Excelentíssimo Senhor General Angelo Mendes de Moraes, a Companhia Telefônica Brasileira esclarece a Vossa Excelência que a dilatação do prazo é solicitada por motivo de força maior. Em nada retardará a regularização progressiva do serviço telefônico."

E de novo o serviço telefônico não foi regularizado. E a situação chegou a tal ponto que o engenheiro Odilon Benevolato, revoltado com o não cumprimento do contrato, aplicou pesadas multas a CTB, mas foi, em seguida, exonerado da Comissão de Fiscalização do Serviço Telefônico...

Toda essa história é bem conhecida de Lacerda, assim como, no caso do Rio Grande do Sul, Brizola conhece perfeitamente o "curriculum vitae" da subsidiária da International Telephone and Corporation...

Apenas, no governo gaúcho está um homem, enquanto que no Executivo carioca encontra-se um defensor dos "holdings" internacionais!

REFINARIAS DE AÇÚCAR: OPERÁRIOS TRAVAM LUTA POR AUMENTO DE 50%

São Paulo, fevereiro (Da sucursal) — Lotando totalmente o amplo salão do Sindicato dos Gráficos, os trabalhadores em refinarias de açúcar da capital, realizaram, dia 11 último, mais uma sessão da assembleia permanente, a fim de debaterem o problema salarial. Eles exigem 50% de aumento sobre os salários atuais a partir de 2 do corrente, ocasião em que terminou a vigência do último acordo. Através de um pacto de unidade, já vigorante há vários anos, estão na mesma luta os operários em refinarias das cidades de Santos, Campinas e Limeira.

Na mesa-redonda realizada no dia 8 último, na DRT, os empregadores das cinco

empresas do setor, tendo à frente a representante da Cia. União dos Refinadores, disseram que somente darão um reajuste de acordo com os índices oficiais do custo de vida, nos últimos doze meses, compensando os 25% que estão sendo pagos desde 1.º de outubro. Essa posição dos empregadores causou profunda revolta entre os trabalhadores, pois os referidos 25% sendo uma complementação do último acordo salarial, não podem ser compensados.

Quando dos entendimentos para firmar o referido acordo os operários, que pleiteavam 50%, concordaram com 37%. Havia, porém, uma cláusula que assegurava uma complementação nos salários, caso os empregadores elevassem o preço do produto. E, como a partir de outubro, o açúcar passou de 24 para 35 cruzeiros o quilo, desde então os trabalhadores passaram a receber os 25%, a título de compensação.

Depois de vários operários fazerem uso da palavra, mostrando que os lucros dos refinadores chegam ao absurdo (a União dos Refinadores, segundo o Balanete de 1960, portanto an-

tes do último aumento, teve um lucro superior a 304 milhões, sobre o capital de 700 milhões), os presentes decidiram que, caso não fossem atendidos no seu pedido de 50%, sem teto e sem compensar os 25%, entrariam em greve.

O sr. Luiz Tenório de Lima, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, coordenadora desse movimento intermunicipal, ao usar da palavra, entre outras coisas, chamou a atenção dos presentes sobre a responsabilidade assumida. Se fossem obrigados a recorrer à greve, pois é bem conhecida a violência com que age a polícia do governador Carvalho Pinto nessas ocasiões. Como exemplo, citou a greve pelo Abono de Natal. Lembrou que o governador do Estado é o principal responsável pelo fato de os trabalhadores não estarem ainda recebendo o 13.º mês.

"Para derrotar a polícia do governador — concluiu — basta consolidar a unidade dentro das empresas, comparecer às assembleias e seguir a orientação do Sindicato."

Em Viçosa, nos dias 23, 24 e 25 de março, vai realizar-se uma Assembleia Mundial de Mulheres pelo Desarmamento. Uma Assembleia pela Paz, cujos documentos de divulgação lembram que, nos campos de batalha, os feridos, mutilados e inválidos; os assassinados nos campos de concentração; os presos evacuados e deportados das duas guerras deste século somam cerca de 180 milhões. Os 80 milhões de mortos e inválidos, postos em fila, dariam para uma volta em torno da Terra, pela linha do Equador. E dessa crueldade da guerra, da destruição e da morte, do sofrimento das mães, nasceu uma consciência nova no mundo inteiro, em defesa da Paz. Uma consciência que é feita da exigência de felicidade de cada ser humano e do anseio coletivo de progresso social. Desde o camponês que semeia a terra até o astronauta que colhe estrelas no espaço cósmico. E é tão universal a exigência de felicidade e o anseio de Paz, que, hoje, nos Estados Unidos, centenas de toda a província de guerra, e de irradiação do atômico, mental do século XX, mulheres de várias idades participaram, ultimamente, de um movimento chamado de "greve pela Paz". Em Cleveland, no desfile que percorreu várias ruas, centenas de mulheres levavam cartazes, onde estavam reproduzidos os retratos de seus filhos, com as seguintes palavras: "Deixai-os viver". Em Chicago, duas mil mulheres participaram da greve nacional pela Paz. Em Detroit, um grande número de mulheres clamou pelo desarmamento: "Terminemos com a carreira armamentista, mas não com a humanidade." Em Nova Iorque, mulheres protestaram contra a proposição do governador de destinar 100 milhões de dólares para a construção de refúgios antiatômicos levando cartazes que diziam: "Creditos para escolas e não para refúgios."

Em Viçosa, estarão reunidas mulheres de 85 países, exigindo que essa véspera de morte se transforme num amanhã de segurança para toda a humanidade. Poderão as mulheres, que criam a própria vida em suas entranhas consentirem que essa vida seja destruída.



O FUTURO COM JB

Carvalho Pinto diz que o seu candidato deve ser eleito para dar prosseguimento à sua obra no Estado de São Paulo. A obra, certamente, deve ser aquela que vem pau-

lando a conduta do governante paulista para com as manifestações do povo e a luta dos trabalhadores: aos pedidos de aumento salarial, ele responde com violência.

CARVALHO PINTO QUER ELEIÇÃO DE JB PARA MANTER SÃO PAULO SOB REGIME DE CORRUPÇÃO E VIOLÊNCIA

A campanha do governo do Estado, dos banqueiros que o apoiam e das forças autocráticas em seu conjunto para assegurar a continuidade do grupo que se encontra no poder, através da eleição do sr. José Bonifácio Nogueira Coutinho (banqueiro e latifundiário ele próprio) está sendo impulsionada a pleno vapor. Na última semana, foi lançado um manifesto apresentando uma "Frente Popular" pro-"continuidade da política administrativa do Estado".

Por outro lado, depois de visitar grande número de municípios a tira-colo do sr. Carvalho Pinto, o sr. José Bonifácio leu em Bauru uma "declaração" destinada a orientar toda a sua campanha.

Finalmente, azeitada por um misterioso óleo que alguns pretendem ter suas origens no Plano de Ação, foi lançada uma intensa campanha de publicidade pelos jornais, estações de rádio e televisão.

O MANIFESTO

O "Manifesto" da "Frente Popular" não fala abertamente na candidatura do sr. José Bonifácio, mas toma posição a favor da "continuidade administrativa". Ele se repete em palavras de propaganda governamental e lugares comuns de período eleitoral, do tipo de "assegurar dias melhores para a Nação" ou "não há contradição entre liberdade e justiça social". Mas se afirma que precisamente S. Paulo tem constituído um ponto de equilíbrio, "recusando-se à aventura de demagogos e à sofreguidão dos que se afeiram a seus preconceitos e privilégios".

A "Declaração" vai pelas mesmas águas. Afirma que "O povo continua a opor-se à revolução pelas armas" e que "enganam-se aqueles que, enveredando pela trilha do ódio, desencadeando as técnicas do extremismo e do terrorismo, radicalizando o processo político, buscam municiar na angústia popular ante o alarmante custo de vida" e, logo: "Mas enganam-se também os que entevencem nestas condições políticas o processo de seu empobrecimento". E depois, toma panegírico da "Revisão Agrária" e do Plano de Ação, para apelar finalmente para a prática do ensinamento de "Mater et Magistra" e para a continuidade administrativa.

ASSINATURAS

O manifesto da "Frente Popular" é assinado por várias centenas de pessoas, mas os nomes que sobressaem são os de: prefeitos do Interior, julgados ao governo através do Plano de Ação; de empreiteiros de obras do Plano de Ação; de políticos e altos funcionários estaduais, do esquema governista e de alguns líderes sindicais, especialmente os vinculados ao chamado "Movimento Sindical Democrático", uma espécie de sucursal do MAC entre as organizações de trabalhadores.

LIBERDADES

E que dizer dos argumentos dos propagandistas do governo estadual, que elaborem os dois documentos? Procura-se apresentar o governo do sr. Carvalho Pinto como defensor dos interesses do povo e das liberdades públicas. Mas, como pode falar em defesa das liberdades, em posição ao lado do povo um governo que, durante a crise política de agosto, tomou posição ao lado dos golpistas, mandando sua polícia reprimiu o movi-

mento popular de defesa da legalidade, mandando prender milhares de trabalhadores e líderes populares que se batiam contra o golpe? Como pode falar em defesa das liberdades quem, para reprimir a justa luta pelo abono de Natal, mandou prender mais de 5.000 trabalhadores nas portas das fábricas, invadir sindicatos e impedir a divulgação das notícias do que realmente se passava?

Como pode falar em defesa das liberdades quem manda espancar e prender centenas de ferroviários da Sorocabana, apenas porque exigiam o respeito a seus direitos e o atendimento de suas reivindicações?

Que espécie de continuidade é essa que se pretende impor ao povo de São Paulo? A da transformação dos dinheiros do povo em instrumento de pressão política sobre os municípios? A da negação do direito de os trabalhadores reclamarem mais um pedaço de pão? A da alta constante dos impostos?

A do desconhecimento das necessidades dos pequenos servidores públicos? A da entrega de arquivos da polícia do Estado ao serviço secreto norte-americano? A do emprego do dinheiro do povo para manter usinas que vão fornecer energia elétrica para os trusts norte-americanos? A da entrega do Banco do Estado aos banqueiros particulares? Essa continuidade — podem o sr. Carvalho Pinto e o sr. José Bonifácio terem a certeza — os trabalhadores e o povo de São Paulo a dispensam.

Muito embora já estejamos a sete meses das elei-

ções, o povo paulista ainda não tomou posição diante delas. A massa de propagandas governamental e a pressão sobre todos os setores que dependem do governo fazem com que a candidatura do sr. José Bonifácio tenha certas aparências de vigor. Mas, trata-se apenas de aparência, como acontecia com a candidatura do sr. Plínio de Arruda Sampaio, que o sr. Carvalho Pinto também tentou fazer prefeito da Capital.

Uma coisa é certa: muitas das pessoas que subscreveram o manifesto da famosa "Frente" não escondem que só o fizeram para não romper, no momento, os compromissos a seus amigos do governo e não deixarem de ver realizadas certas promessas que lhes foram feitas. E mesmo jornais como "Última Hora", cujas posições nacionalistas diante de muitos problemas resultaram num nítido aumento de circulação, sentem agora a má repercussão da cobertura ostensiva que é obrigada a dar a candidatura do sr. José Bonifácio, e ao governo do sr. Carvalho Pinto. Não se deve ao acaso, certamente, que o comitê de Bauru, onde o sr. José Bonifácio leu sua famosa "Declaração", tenha sido tão fraco que o fato tivesse de ser apontado pelos cronistas políticos que o acompanhavam.

O sr. Carvalho Pinto quer eleger o sr. José Bonifácio para consolidar, nas próximas eleições, o poder dos banqueiros e dos grandes capitalistas e latifundiários em São Paulo. Mas o povo é que vai dizer a última palavra.

Capivari: Usina São Francisco não efetua pagamento há 13 meses

SÃO PAULO, fevereiro (Da sucursal) — A Usina de Açúcar São Francisco S.A., no município de Capivari, situada dentro da principal zona açucareira do Estado de São Paulo, teve uma produção, nesta safra de 1961-1962, de 117.720 sacas de açúcar de 60 quilos e 1.300.000 litros de álcool. Conta com mais de 800 trabalhadores, entre a usina e a lavoura, e dela dependem cerca de 3.000 pessoas, que estão em situação insuportável.

Há 13 meses não recebem seus salários. Através de ordens, fornecidas pela usina, retiram mercadorias pesadas e caríssimas do armazém (barraço) da usina. A situação agravou-se ainda mais com o fechamento do armazém e da farmácia da usina. Um armazém em Capivari, que lhes fornece alguma coisa, cortou o fornecimento por falta de pagamento.

O serviço de assistência social mantém nessa usina um pequeno ambulatório e um carro para servir de ambulância. O ambulatório não atende mais e o carro está servindo de veículo para os passelos e as farras dos patrões e chefes da usina.

A vida desses trabalhadores se torna insustentável, sem receber salários, sem fornecimento de espécie alguma e sem o mínimo amparo em caso de doenças. Além disto, a usina deixou de fornecer leite para as crianças. Agora estão tomando água de arroz quando conseguem alguns quilos.

dispõe o seguinte: "O trabalhador rural com mais de um ano de serviço terá direito a concessão, a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente para plantação e criação necessárias a subsistência de sua família."

Este é um direito que os trabalhadores agrícolas das usinas têm e que precisa ser respeitado.

Os donos da usina, praticam atos verdadeiramente desonestos. Antes do atraso do pagamento, os trabalhadores haviam recebido férias atrasadas. Os patrões, mostrando-se muito "bozinhos", usaram uma tática para enganar os operários. Propuseram que em prestassem o dinheiro das férias à usina, em troca de um bom juízo; afirmaram, que no momento que os trabalhadores desajassem, o dinheiro estaria à disposição.

Acontece que agora, nem os salários atrasados nem o dinheiro das férias, que foi emprestado, a usina não paga.

O resultado é que a usina São Francisco está na mesma situação da usina Perdido, em Ribeirão Preto, Caminha para a falência e vai deixar centenas de famílias desamparadas.

A Federação dos Trabalhadores em Alimentação, do Estado de São Paulo, já enviou seus diretores acompanhados do seu advogado, para ver o que é possível fazer em benefício daqueles trabalhadores.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e a Federação das Associações de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, junto à Federação de Alimentação do Estado, tudo farão para defendê-los.



COMEMORAM ANIVERSÁRIO

GARÇA, São Paulo (Do correspondente) — Realizou-se, dia 28 de janeiro, nesta cidade, grandiosa assembleia popular promovida pela Associação dos Trabalhadores Rurais de Garça, como parte do programa comemorativo do primeiro aniversário de sua fundação. A assembleia teve lugar no salão nobre do Grêmio Teatral "Leopoldo Froes", que se apresentava inteiramente lotado. Estavam presentes várias delegações das delegacias criadas pela Associação nos municípios do Alvilândia. Alvares de Carvalho, Presidente Alves e do distrito de Jafa, deste município. A sessão foi aberta pelo sr. Jovino de Souza, presidente da Asso-

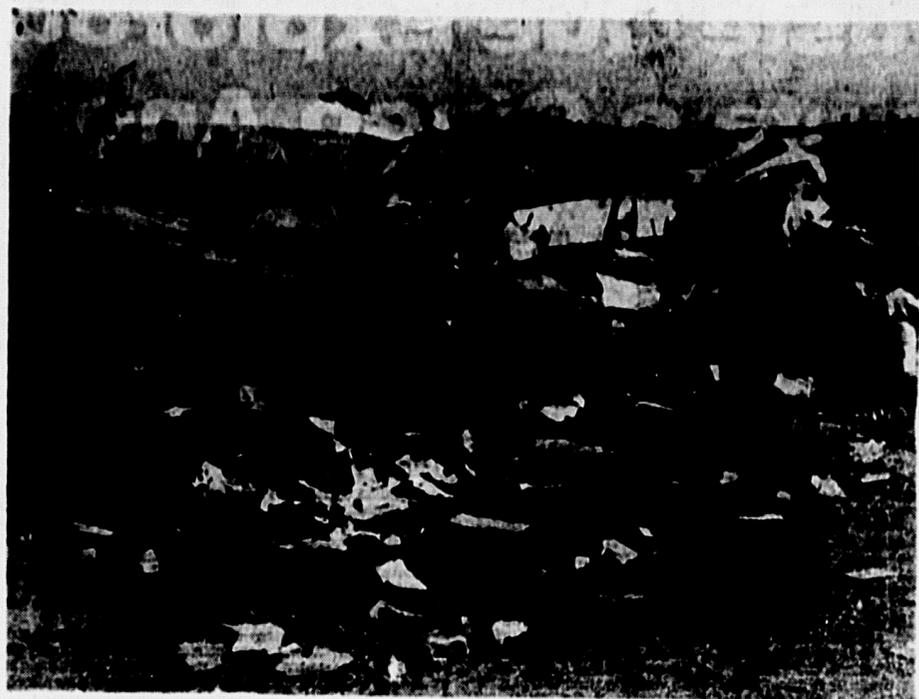
ciação, que falou do significado da data e de sua importância para os trabalhadores. Em seguida foi lido pelo sr. Faustino Machado, secretário da entidade, o relatório das atividades de sua diretoria, durante o ano de 1961, aclamado pela grande massa popular presente. Durante a reunião foi coroada Rainha dos Trabalhadores Rurais de Garça a senhorita Aulá Castilho, sob entusiásticos aplausos. Houve também declaração de poesias sobre a vida e a luta dos trabalhadores rurais, a cargo dos meninos Ana, Joana D'Arc e Hilário Machado. Vários oradores fizeram uso da palavra durante a sessão, abordando principalmente a bu-

laxação da legislação trabalhista ao campo, a nacionalização das empresas estrangeiras, a defesa da revolução cubana e o combate à carestia. Estavam sentados à mesa que dirigiu os trabalhos o professor Alzira do Nascimento, Dálio Lessa (presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Pompéia), o doutor Alfredo Aristides Zaro (vice-prefeito de Quintana), Beraldo Castilho, Sérgio Barguil vereador em Pompéia, doutor Caio Celso Nogueira, Milton Velintani, Sebastião Ponciano e a professora Maria do Socorro Barguil. Na foto, aspecto da assembleia.

A Cidade

Ana Montenegro

«Deixai-os viver»



MORTOS NÃO FALAM

Ate pode ser o resultado do voo de um avião velho e condenado, com tripulação trabalhando há dezesseis ho-

ras. Depois, é fácil qualquer comissão de inquirição lancar a culpa sobre o piloto morto e colocar um ponto final no assunto.

O DRAMA DA AVIAÇÃO COMERCIAL NO BRASIL (II)

Deus Não é Co-Piloto Nos Aviões Das Empresas Aéreas Brasileiras

Reportagem de Afonso Cascon

O Conselho de Ministros, pelo sr. Tancredo Neves, remeteu à Câmara Federal mensagem solicitando "medidas de amparo à indústria do transporte aéreo". Abre-se, assim, depois do prolon-

seu potencial econômico, da ignorância política, atingem também os profissionais da aviação, que realizam, quer na melhor, quer na pior Companhia, exatamente o mesmo trabalho, o mesmo esforço e, conseqüentemente, a mesma responsabilidade".

O aeronauta, segundo ainda o comandante Barros, "é uma espécie de bacia profissional dentro da comunidade que se diz avançada socialmente". Os homens que estão envelhecendo no ofício, já próximos de seu limite de capacidade física, serão em breve afastados e aposentados. E ficarão sem proventos com que se manter na inatividade, "pois o salário varia de 15 mil a mais de 200 mil cruzeiros".

CRIME: REFUZIR TRIPULACAO

Depois de mostrar que o problema da aviação também atinge o pessoal de terra, "sob cujos ombros pesa a responsabilidade por um acidente de vôo muitas vezes nefaríssimo", o comandante Barros denuncia as manobras que algumas empresas brasileiras vêm efetuando, para reduzir o número de tripulantes.

"Já de há muito — diz o comandante — vem-se tentando tirar de bordo das aeronaves comerciais brasileiras um auxiliar indispensável, o rádio-operador de vôo. O Sindicato dos Aeronautas vem travando, há quase dez anos, ingente batalha para impedir se perpetre esse crime contra a segurança e conseguindo manter aqueles profissionais a bordo das aeronaves".

A uma pergunta do relator, o depoente informou que a Panair do Brasil está retirando paulatinamente, os mecânicos de vôo de bordo das aeronaves, e os mantendo apenas nos aparelhos que têm painel especial para esses profissionais.

E' o caso das aeronaves de fabricação americana — prossegue — os DC-6 e DC-7 — "em que não há um painel específico para esse tripulante: a Panair do Brasil, vale-se do Manual do avião, feito por ela, onde diz que a aeronave pode voar sem o mecânico, e voa, mas não especifica em que condições isso é permitido".

SUBVERSÃO DE VOCACAOES Diz o comandante Barros que, no lugar do tripulante val um piloto de pouca ex-

Table listing various airlines and their employee counts, including Real S. A. Transportes Aéreos, Empresa de Viação Aérea Riograndense (VARIG), and others.

Política «Social» de Bona: Governo Constrói Abrigos Anti-Aéreos e o Povo Fica Sem Casa Para Morar

de Fausto Cupertino, correspondente de NR no Alemanha

"Estou disposto a tolerar relações de minha mulher com o senhorio, desde que consiga alugar um apartamento barato", isto é o que diz um infeliz cidadão da Alemanha Ocidental...

peza das escadas do edifício, a ajuda na cozinha do senhorio e assim por diante. E isto é apenas um dos capítulos das dificuldades diárias dos trabalhadores da Alemanha Ocidental...

Esta foi uma das respostas a um pequeno anúncio publicado em doze cidades da Alemanha Ocidental pela Associação dos Inquilinos do país nos seguintes termos: "Apartamento com 3 quartos, cozinha e banheiro. Aluguel 101 marcos..."

O teste feito pela Associação dos Inquilinos fez parte de um grande inquérito realizado por ela para analisar o problema da habitação na Alemanha Ocidental. Resultado da pesquisa: "Vários milhões de cidadãos da Alemanha Federal vivem ainda no ano de 1961 de uma residência decente. Procuram e procuram mas nada encontram..."

7 pessoas em 29 m²

Vejam as algumas das respostas ao anúncio. "Moro com minha família e minha mãe, em conjunto sete pessoas, num apartamento de 29 metros quadrados (menos de 5x8), apesar de procurarmos um novo apartamento há vários anos..."

NÃO PAGAM A PREVIDENCIA

Antes de terminar esta primeira reportagem, que focaliza uma das causas — a nosso ver a principal — dos desastres aéreos, divulgaremos uma relação dos débitos das empresas para com a previdência social. Esses débitos são mais um argumento em favor da afirmação do comandante Ernesto da Costa Fonseca, sobre a preocupação das autoridades, que se limitam a fornecer subvenções às empresas.

Table showing financial data for various companies, including Valor final, Menos: Bens contabilizados pela CTN, and Total líquido do Ativo Fixo em 31 de dezembro de 1960.

Se agregássemos a este montante o valor referente aos bens almozarifados constantes no Balanço da Companhia de 31 de outubro de 1961, na cifra de Cr\$ 69.330.000,00, em números arredondados, ter-se-ia a importância final de Cr\$ 699.013.000,00.

enfiar a classe operária do país numa camisa-de-força, para que este possa levar a cabo seus planos aventureiros.

ABRIGOS ANTI-AEROS VOLTAM

Outro indicio do caminho extremamente perigoso seguido por Bona foi dado recentemente pela grande revista burguesa "Quick". A revista publicou em seu último número uma enorme fotografia de um abrigo anti-aéreo que está sendo construído secretamente nas redondezas de Bona...

A revelação da revista "Quick" veio trazer luz ao aceleramento do processo de militarização da Alemanha Ocidental nos últimos meses. Ainda há poucos dias o conhecido criminoso de guerra Heusinger declarava a um jornal de Munique que a "Bundeswehr", o novo exército agressivo alemão, precisava urgentemente de mais 30 divisões, para "recuperar" a RDA e os territórios devolvidos aos países anteriormente agredidos pela Alemanha...

O MEMORANDUM SOVIETICO

Exatamente neste ambiente de tensão que foi tornado público o memorandum soviético à Alemanha Ocidental. Imagine-se o leitor na situação do alemão comum, a quem se repetiu durante 16 anos por todos os meios de propaganda, inclusive pelos jornais "socialistas", que a União Soviética planeja uma guerra contra a Alemanha Ocidental. Um belo dia, o "inimigo" envia uma nota diplomática escrita na linguagem do senso comum, mostrando que a política praticada por Bona de fusão total do país na OTAN o distancia cada vez mais do objetivo declarado do governo Adenauer...

A História de um Truste Que Explorou Gaúcho Durante Trinta e Cinco Anos

outubro do ano passado em Cr\$ 669.600.000,00 em números redondos. Como se vê, entre um e outro pode-se constatar uma diferença de aproximadamente Cr\$ 633.000.000,00 demasiada, considerável e surpreendente mesmo em se tratando de arbitramento.

Se ocorrer de o Estado desapropriar os bens da Companhia Telefônica Nacional, vinculados aos serviços de telecomunicações, haveria uma terceira parcela a deduzir-se. Com efeito, os tribunais brasileiros têm decidido que na hipótese de desapropriação de empresas concessionárias de serviços públicos, o ônus das indenizações devidas aos empregados permanece com o empresário ou concessionário, e não se transfere ao Poder Público desapropriante.

O fundamento primordial dessas decisões reside no fato de que a desapropriação é aquisição originária, e sendo originária, não configura jamais a sucessão de empresas, caso em que o encargo das obrigações decorrentes da relação de emprego é assumido pelo sucessor.

Nesse sentido já decidiram o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, no caso da rede Viação Paraná-Santa Catarina (Revista Forense Vol. 145, página 495) e o Colendo Tribunal Regional, nos casos de Frederico Westphalen e Cachoera do Sul.

Nestas condições, dever-se-á abater do montante de Cr\$ 629.683.000,00 que é o total líquido do Ativo Fixo apurado em 31 de outubro de 1961, a parcela correspondente às indenizações empregatícias no valor de Cr\$ 549.255.000,00, conforme documento em anexo, agregando-se mais a cifra equivalente aos bens em almozarifados da ordem de Cr\$ 69.330.000,00, segundo consta do Balanço Geral da Companhia, fechado em 31 de outubro de 1961, em anexo.

A inclusão dos bens em almozarifados deve-se a que são eles necessários a continuidade dos serviços, não podendo o Estado, em caso de encampação, deixar de levá-los em conta.

Em resumo, a situação se apresentaria da seguinte forma: 1. Total líquido do Ativo Fixo em 31 de outubro de 1961... Cr\$ 629.683.000,00 2. Menos: Valor das indenizações empregatícias, conforme levantamento da Comissão Estadual de Comunicações... Cr\$ 549.255.000,00 3. Mais: Valor dos bens em almozarifados, conforme Balanço anexo da CTN, de 31 out. 1961... Cr\$ 69.330.000,00 Valor da indenização... Cr\$ 149.758.000,00

NOVOS RUMOS, procurando esclarecer a opinião pública sobre as verdadeiras causas da situação difícil e perigosa que atravessa a aviação comercial no Brasil, inicia a publicação de uma série de reportagens sobre o assunto, revelando fatos e dados, muitos dos quais são do conhecimento da Câmara que logo voltará a mensagem enviada pelo primeiro-ministro.

Se quem viaja de avião tivesse oportunidade de ler o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que, no ano passado, investigou as causas dos últimos desastres aéreos ocorridos, por certo pensaria duas vezes antes de sentar-se nos aparelhos de certas companhias, se não de todas.

Crimes que diariamente se cometem, permitindo que os usuários do transporte aéreo corram, além dos riscos naturais da aviação, aqueles frutos da ganância. Estas palavras são extraídas do depoimento prestado à CPI pelo comandante Ernesto Costa Fonseca, presidente, na ocasião, do Sindicato Nacional dos Aeronautas, que acrescentou: "... e, posso dizer mesmo, do descaço com que as autoridades responsáveis têm tratado deste assunto".

PREOCUPACAO: SÓ DINHEIRO

O comandante Fonseca fez outras impressionantes revelações. As autoridades responsáveis não se preocupam senão em fornecer dinheiro às empresas, a maioria das quais, como se verá mais adiante, sob a direção de oficiais superiores reformados. Para aquele ministério não vale o dito popular: "quem dá o pão dá o pau". Porque, como disse o ex-presidente dos Aeronautas, "o Ministério da Aeronáutica através dos seus órgãos competentes e principalmente da Diretoria de Aeronáutica Civil, têm-se preocupado principalmente e unicamente em atender às empresas na parte econômica, considerando os acidentes, muitos deles de inteira responsabilidade do Ministério da Aeronáutica, como mera fatalidade". (os grifos são nossos, NR).

Há um completo desconhecimento na supervisão dos problemas aeronáuticos. Inteligência desconexa entre vários órgãos, incuria na fiscalização das subvenções conce-

das, irresponsabilidade de autoridades aeronáuticas, cambiais, alfândegárias e consulares. Mas disto trataremos em outra reportagem. CRIMINOSA EX-LORACAO Se fomos esquematizar e relacionar as causas principais dos desastres aéreos, segundo sua importância, teríamos necessariamente, à vista do relatório da CPL, de colocar em primeiro plano a estafa do pessoal das empresas. E' o próprio relator, Gurgel do Amaral, quem o diz: "E' comum encontrar, nos casos ocorrentes, o resultado catastrófico das falhas da manutenção, do uso de aviões não homologados para determinados aeroportos. O ponto fraco está, todavia, na exploração da maioria das empresas relativamente ao trabalho de seu pessoal, que viaja geralmente estafado..."

A História de um Truste Que Explorou Gaúcho Durante Trinta e Cinco Anos

O jornal gaúcho "Correio do Povo" de 18 de fevereiro publicou três páginas inteiras com a completa documentação sobre a encampação da Companhia Telefônica Nacional (International Telephone and Telegraph Corporation).

O principal documento apresentado é o Relatório da Comissão Especial encarregada de analisar o tombamento físico e contábil da CTN. A comissão foi constituída pela Portaria n.º 167, de 26 de novembro de 1961, do governador Leonel Pizola, com a tarefa específica de apreciar o relatório apresentado pelos peritos que procederam a avaliação do patrimônio material da CTN. A comissão, composta pelo bacharel Ladislau Roinelli, o engenheiro Nelson F. Tellitu, o professor, economista e contador Jorge Aveline, e o tenente-coronel Alarico Baroni, apresentou o resultado de seu trabalho no dia 5 de janeiro de 1962.

Publicamos abaixo, com entretítulos de nossa responsabilidade, trechos do relatório da comissão.

MATERIAL OBSOLETO

Depois de assinalar que a comissão se deteve na análise do laudo pericial de 9 de março de 1961, dos professores Luiz Leseigneur e Frederico Rangel, o relatório assinala: "O patrimônio imobiliário (prédios e terrenos) foi avaliado em Cr\$ 100.232.000,00, com o qual a Comissão concordou, em princípio, admirando-se, muito embora, de se não haver usado um só critério de avaliação, tanto para os equipamentos como para os bens de raiz.

Todavia, no que concerne às redes e aos equipamentos telefônicos, o laudo não considerou, em nenhum momento, o estado de obsolescência ou de desuso que os caracteriza hoje em dia. E isto pareceu importante à Comissão porque a não se considerar esse aspecto, o valor da coisa não seria o justo, nem o atual. E mais: nivelar-se-la o bom e o mau, o moderno e o antiquado, o servível e o inservível.

Avallar seja o que for, mormente sistemas técnicos, pressupõe, antes de tudo, apurar se a coisa satisfaz, bem ou mal, as necessidades atuais, por isto que daí decorre inclusive, seu valor venal mais alto ou mais baixo.

O laudo, no entanto, por razões que não se sabe quais sejam, somente aplicou os índices corretivos de valores, segundo a época de vigência de cada um, tomando os bens em conjunto, na sua universalidade, sem individualizar alguma. O que significa que não se examinou e nem se avaliou o patrimônio imobiliário da CTN à face do progresso da técnica das telecomunicações.

Ocorre, porém que as linhas telefônicas e os equipamentos dessa empresa, via de regra, não estão à altura das modernas exigências da telefonia, sendo nesses dominante o velho sobre o novo, o retrógrado sobre o evoluído.

Fácil é de demonstrar esta verdade, sem se sair dos limites do próprio laudo. Com dado, dele (pág. A-2 et), consegue apurar-se que as 30.534 linhas instaladas no Estado, assim se distribuem:

Linhas/Tipo	% s/ o total
17.900 A	59
2.730 BC	9
9.904 Mg	32
Total 30.534	100%

Das 14.000 linhas automáticas, existentes em Porto Alegre, 7.000 são obsoletas (central, matriz). E explica-se porque. Foram instaladas antes de 1927, por conseguinte, há mais de 34 anos. No entanto, o tempo de vida útil dos equipamentos telefônicos, para fins de depreciação contábil, é admitido em 20 anos.

O que se diz das linhas de Porto Alegre, vale para as 900 linhas automáticas da cidade de Rio Grande, tão obsoletas, umas quanto as outras.

Pois as linhas automáticas significam nada menos que 59% da capacidade total instalada, conforme se constata pelo quadro acima. Dessas linhas, cerca de metade, se encontra em estado de obsolescência, o que dá uma ideia concreta do quanto é antiquado e precário o conjunto de equipamentos automáticos da CTN, justamente aqueles através dos quais se processa o maior volume do serviço de telecomunicações.

Crece de importância a questão da obsolescência, quando é sabido que a CTN se utiliza de linhas a magneto, as quais constituem 32% de sua capacidade total.

Tais centros de comutação já caíram em desuso. Em países mais adiantados do que o Brasil, como é o caso dos Estados Unidos, não são usados há longos anos.

Na reforma dos serviços, que estão empreendendo as empresas suas, os municípios gaúchos, não se tem cogitado desse tipo de central, para se pensar na montagem de centros de comutação do tipo bateria central ou do tipo automático, com exclusão completa das centrais a magneto. Por óbvias razões, apenas nas comunidades rurais é que se poderia admitir a existência, ainda hoje, de comutação a magneto, nunca porém, nas cidades.

Pelo quadro abaixo se consegue ter uma visão objetiva da porcentagem de obsolescência das instalações da CTN.

Linhas/Tipo	% s/ o total	Linhas consideradas obsoletas	% de obsolescência s/ total
17.900 A	59	7.900	26
2.730 BC	9	9	32
9.904 Mg	32	9.904	32
30.534	100	17.804	38

Portanto, de acordo com este quadro, é de 38 a porcentagem total de obsolescência dos equipamentos. E mais adiante:

A Comissão usando de critério empírico, tendo em vista o que evidencia o referido quadro e os conceitos expendidos, resolveu fixar em 55% o índice representativo da obsolescência das redes e equipamentos, calculando-o sobre a reavaliação procedida no laudo para aqueles componentes do Ativo Fixo, e admitindo que os 3% restantes, correspondam ao valor residual. Calculando temos:

1. Valor final a que chegou o laudo Cr\$ 1.302.580.000,00
2. Menos: Reavaliação procedida no

laudo para prédios e terrenos	Cr\$ 100.232.000,00
Total reavaliado correspondente a redes e equipamentos	Cr\$ 1.202.328.000,00
Perda de valor, pela aplicação do critério da obsolescência, calculada em 55% sobre o total anterior	Cr\$ 661.280.400,00
que vale; arredondar para	Cr\$ 661.280.000,00
a qual se constitui na primeira parcela a ser deduzida do valor final do Laudo.	

"PLANTAS DOADAS"

Outro aspecto que a Comissão investiga é o concernente às chamadas "Plantas Doadas", ou sejam aquelas aquisições, construções, ampliações ou extensões, que figuram no patrimônio da Companhia como se foram doações de terceiros, com o propósito de servir ou dilatar os seus serviços telefônicos em benefício destes terceiros. Não é coisa nova, e pode-se dizer que tem sido uma imposição dessa permissividade dos serviços telefônicos em nosso Estado, toda vez que alguém, alguma região, vila ou cidade procura usufruir dos benefícios da telefonia explorada pela CTN. Por esta maneira, os interessados constroem a linha com todos os seus acessórios e, ao ligarem essas instalações ao sistema da Companhia, esta "tipo facto", considera-se proprietária de tais materiais, incorporando-os ao seu acervo patrimonial, sob a invocação estranha de *planta doada*, muito embora não existam documentos que comprovem essas doações.

Segundo o ofício DL/60-2183, dirigido pela Companhia a Comissão Estadual de Comunicações (vide anexo), as "Plantas Doadas" estão assim discriminadas:

- A) — No período de 1.127 a 31.12.42 .. Cr\$ 33.690,50
- B) — No período de 1.143 a 31.12.52 .. Cr\$ 3.291.351,10
- C) — No período de 1.153 a 31.12.54 .. Cr\$ 4.080.643,80
- D) — No período de 1.155 a 31.12.59 .. Cr\$ 30.343.659,20

A comissão aceitou, em tese, estes dados, e, como não poderia ser diferente, reavaliou os investimentos correspondentes, aplicando-lhes os mesmos índices básicos do Conselho Nacional de Economia adotados pelos peritos. Entretanto, como os investimentos especificados pela CTN se referem a um período de tempo sem individualizar o ano, aplicou índices médios calculados a base da tabela daquele Conselho (reproduzida às folhas III 3/4 do laudo).

Assim, para o período de 1.127 a 31.12.42, o índice médio foi 1,16. Para o período de 1.143 a 31.12.52, o índice foi 4,56 e para o período de 1.153 a 31.12.54, o índice foi 1,95. A aplicação desses índices aos investimentos respectivos nos dá os valores reavaliados a preços médios de 1958. Há ainda que se multiplicar os resultados assim obtidos pelo coeficiente 1,39, para termos os valores a preços médios de 1960.

Quanto às "Plantas Doadas" correspondentes ao período de 1.155 a 31.12.59, a Comissão limitou a mesma metodologia de 1953, 1956 e 1957, que é 1,3 e aplicou sobre a mesma média o coeficiente corretivo de 1,39, de que resultou o índice 1,8.

A este índice somou os correspondentes a 1958 e 1959, obtendo o índice médio de 1,54, que foi aplicado finalmente.

A seguir o cálculo:
Valor corrigido das "Plantas Doadas": 1,39 (Cr\$ 33.690,50 x 11,6 3.291.351,10 x 4,56 4.080.643,80 x 1,95) 1,54 x 30.343.659,20 = 79.197.725,60.

Assim, Cr\$ 79.197.725,60 correspondem aos bens contabilizados pela CTN, a título de "Plantas Doadas" com reavaliação para preços de 1960, igual a adotada pelos peritos para o cálculo do valor final dos equipamentos constantes do laudo.

A Comissão arredondou a cifra e obteve a importância de Cr\$ 79.198.000,00 que constitui a segunda parcela a ser deduzida do valor de Cr\$ 1.302.580.000,00 apurado pelo laudo. A dedução funda-se em que tais "Plantas Doadas" não pertencem, de forma alguma, à Companhia. O fato de constarem desses bens ao sistema da CTN, não induz a sua aquisição de direito, significando, pois que devem ser abatidos o computo geral, as quantias que os representam.

ATIVO FIXO

O laudo declara, no número 12, do parágrafo V, que no valor definitivo de Cr\$ 1.302.580.000,00 não estão somados os bens a cargo dos almoxarifados, os valores ditos intangíveis, as disponibilidades em caixa e bancos, contas a receber, direitos contra terceiros e contas passivas.

Entretanto, procurando informar-se a respeito dos bens em almoxarifado, consultou o último balanço geral de 31 de outubro de 1961, e constatou que estão orçados em Cr\$ 62.330.305,90.

Sucedeu que os valores chamados intangíveis, as disponibilidades em caixa ou em bancos, contas a receber, direitos contra terceiros e contas passivas, não interessam ao exame da Comissão, de vez que o seu objetivo é o de avaliar o Ativo Fixo da Empresa, no qual se não incluem esses elementos patrimoniais.

Depois de tudo que foi dito, pode-se resumir, dizendo que duas parcelas, uma de Cr\$ 661.280.000,00 e a outra de Cr\$ 79.198.000,00 devem ser deduzidas da quantia de Cr\$ 1.302.580.000,00 resultando daí que o ativo líquido, em 31 de dezembro de 1960, é Cr\$ 562.102.000,00.

Acontece que o laudo tombou, comentou e avaliou o patrimônio material da CTN em 31 de dezembro de 1960, como já se observou no item anterior, de maneira que o total líquido de Cr\$ 562.102.000,00, encontrado pela Comissão, através das deduções, corresponde àquela data.

Entende-se, porém, que era preciso fazer um balanço a pesquisa, para se não ficar, ao final de tudo, com uma ideia incompleta sobre o Ativo Fixo da Empresa.

Foi por isto que a Comissão resolveu examinar e discutir seu último balanço geral, encerrado a 31 de outubro de 1961, verificando, então que o valor dos investimentos líquidos, nestes dez meses do exercício foi de Cr\$ 67.581.000,00, de acordo com o seguinte demonstrativo:

1) Ativo Fixo reavaliado, de acordo com o Balanço de 31 de outubro de 1961, da Companhia	Cr\$ 669.299.751,69
2) Menos: Ativo Fixo reavaliado, de acordo com o Balanço de 31 de dezembro de 1961, da Companhia	Cr\$ 601.918.751,10
Total do Investimento correspondente a 10 meses (Jan. a Out.) do exercício de 1961	Cr\$ 67.581.000,00

Cujo arredondamento conduziu à cifra de Cr\$ 67.581.000,00, referida anteriormente. Cabe lembrar, que a importância em epígrafe não conclui na 7.ª pag.

Antes do Imperialismo Telefones Eram Bons

A petição do governo do Estado do Rio Grande do Sul ao juiz de Direito da Fazenda Pública propondo contra a Companhia Telefônica Nacional ação de desapropriação com pedido de imissão provisória na posse dos bens desapropriados é um ato de condenação à exploração imperialista.

O documento relata a história da instalação dos serviços telefônicos no Estado, quando que enquanto o norte-americano não se intrometia as coisas funcionavam bem. Depois começou o declínio, a exploração desenfreada, a total falência do sistema telefônico.

Publicamos abaixo alguns trechos da petição, cuja fundamentação se baseia no relatório da comissão que apresentamos em outro local desta página.

"Foi a seis (6) de junho de 1895 que se fundou, na cidade de Pelotas, a Empresa União Telefônica que significou o primeiro passo no sentido de dotar o Estado de um serviço de telefonia realmente organizado.

Dois anos depois, em 1897, o governo estadual concedeu, pelo Decreto n.º 75, ao sr. dr. Alfredo Varela, já detentor da concessão do serviço telefônico de Bagé, o privilégio de explorá-lo nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Jaguarão.

Por razões que não vêm ao caso, esse privilégio não chegou a ser utilizado pelo concessionário. No ano de 1900, um cidadão uruguaio, Juan Ganzo Fernandez, instalou uma rede telefônica na cidade de Jaguarão, ligando-a às cidades orientais de Mello e Artigas onde explorava uma concessão. Depois dessa iniciativa, Juan Ganzo Fernandez organizou no Rio Grande do Sul a firma Ganzo, Durruty & Cia., graças a qual foram dotados de serviços telefônicos os municípios de Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre, São Leopoldo, Montenegro, Cai e Pedras Brancas. Por essa mesma época, a Empresa União Telefônica conectava Pelotas a Porto Alegre, funcionando o respectivo centro, em prédio próximo ao Teatro São Pedro.

Sobretudo a quinze (15) de junho de 1906 é que nasce a Companhia Telefônica Rio-grandense mercê do apoio financeiro de capitalistas crioulos, entre os quais o Coronel Manoel Py e o dr. Possidônio da Cunha Júnior, além de Luiz Supervielle, então um dos principais acionistas do Banco Francês de Montevideo. Pela eleição que se realizou à época, coube ao sr. Juan Ganzo Fernandez o cargo de Diretor Técnico e ao dr.

Possidônio da Cunha Júnior, o de Diretor Gerente. O capital da sociedade era de mil e cem contos de réis, um milhão e cem mil cruzeiros em moeda atual, que referido ao ano de 1908 dá a todos uma ideia da grandeza do empreendimento que se iniciava.

"Um ano mais tarde já se montava em Porto Alegre a primeira estação telefônica a bateria central e construiu-se a rede urbana com cabo subterrâneo — o que representava, no começo do século, um extraordinário progresso na técnica das telecomunicações. Basta dizer que Porto Alegre se tornou a quinta cidade do mundo e a primeira da América do Sul a dispor de instalação tão avançada. E melancólico, pois, vê-la hoje em dia com os serviços telefônicos em frangalhos e realizados por equipamentos arcaicos, após a glória de haver sido a primeira no continente e a quinta no mundo, em tal espécie de serviço público. E sua decadência consumou-se nas mãos do capital privado, mormente depois que o financismo internacional se adonou da empresa.

Em 1910, no mês de agosto, Supervielle & Cia., e o Banco Francês de Montevideo tomaram-se os maiores acionistas da empresa pelo nome União Telefônica, cujo sistema era a magneto. Como se constituíram ambos nos principais acionistas da Companhia Telefônica Rio-grandense, resultou que aquela empresa incorporou seu acervo, estimado em Cr\$ 528.728,47, ao desta outra, para desapropiar em seguida. A incorporação deu-se a vinte e quatro (24) de agosto de 1911, e em dezembro se iniciava a construção da primeira linha de longa distância, entre Porto Alegre e Pelotas, concluída e inaugurada em maio de 1912. Nesse mesmo ano, o governo do Estado dava permissão para que a Companhia Telefônica Rio-grandense pudesse explorar a telefonia.

A treze (13) de dezembro de 1912, o Diretor Juan Ganzo Fernandez solicitou ao governo do Estado um auxílio de trinta e cinco contos de réis para construção da linha telefônica Pelotas-Jaguarão, que lhe foi concedido nas seguintes condições:

"De-se o auxílio solicitado, devendo o requerente assinar na Secretaria das Obras Públicas o Termo de Permissão para o estabelecimento da linha, que deverá ser dupla, de grande condutibilidade e com 4 mm de diâmetro. Palácio do Governo, em Porto Alegre, 24 de janeiro de 1913. (Ass.) Carlos Barbosa".

Posteriormente, fundou-se na cidade de Pelotas a Companhia Telefônica Melhoramento, que depois se chamou Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência.

Ao atingir o ano de 1919, possuía a Companhia Telefônica Rio-grandense um capital de Cr\$ 7.000.000,00 e adquiriu, além disso, as Usinas Elétricas de Bagé, Livramento, Cachoeira e Caixas.

A meia noite de vinte e nove (29) de abril de 1922 inaugurou a central automática de Porto Alegre, e a de Rio Grande a vinte e dois (22) de novembro de 1925. Era a capital do Rio Grande do Sul a primeira cidade do Brasil e a terceira da América do Sul a dotar-se de serviço telefônico automático, enquanto Rio Grande assumia a condição de segunda cidade brasileira e quinta americana a utilizar esse tipo moderno de telecomunicação.

Em seguida, a petição analisa o processo de decadência dos serviços telefônicos no Estado, que começou em agosto de 1927, "ano em que se retiraram da Companhia Telefônica Rio-grandense as usinas elétricas, para se organizarem numa outra empresa", ocasião em que "a International Telephone and Telegraph Corp. (ITT) conseguiu a maioria de suas ações".

É citado como exemplo da incapacidade da Companhia Telefônica Nacional e de suas irregularidades o fato de que "sua maior acionista, a International Telephone and Telegraph Corp., detentora de 370.308 das 374.970 ações" é ao mesmo tempo sua maior credora, pois a CTN devia à ITT, em outubro do ano passado, um bilhão duzentos e setenta milhões quatrocentos e quarenta e três mil novecentos e trinta cruzeiros e sessenta centavos.

"A que se deve esse declínio? A que se deve tudo isso, depois que Porto Alegre viveu a fase áurea da telefonia?" — indaga a petição. E responde: "É culpa do capital financeiro, especulador e predatório, voraz e egoísta, que serve a si mesmo, é o começo e o fim de si próprio e não tem espírito público. Para lucrard tudo, destrói tudo, e vai embora depois, deixando atrás dele, como no caso, a sucata de antigos esplendores. Ao retirarse, muitas vezes multiplicado, farto de tantos lucros, pouco ou quase nada ficará da obra edificada pelo capital pioneiro, em mais um testemunho histórico de que o capital financeiro é incapaz de realizar serviço público, porque seu destino é especular com a serviço público".

NOVOS RUMOS

O Que é a ITT

A desapropriação da Companhia Telefônica Nacional em todo o Estado do Rio Grande do Sul significa a luta contra um dos maiores trusts internacionais, a International Telephone and Telegraph Corporation, posto que aquela nada mais é do que uma subsidiária desta, que detém 98% de seu capital. Para termos ideia da força desse truste, basta darmos uma rápida olhada para sua história.

A breve história desse truste internacional de comunicações nos é contada por Richard Lewinsohn:

Em 1920, os irmãos Sosthenes e Hornand Bohm, de origem dinamarquesa e industriais das Pequenas Antilhas, fundaram a International Telephone and Telegraph Corporation (I. T. & T.), sociedade que inicialmente ocupou-se, em comum com a American Telephone and Telegraph, do telefone em Cuba e em Porto Rico. Mas a nova companhia desenvolveu rapidamente uma atividade extremamente expansiva. Poucos meses após o vitorioso pronunciamento do general Primo do Rivera, a I. T. & T. conseguiu obter do ditador da Espanha o controle da principal rede telefônica espanhola, até então de propriedade do Estado. Em 1925 ela adquiriu a International Western Electric, pertencente ao truste da American Tel. and Tel. que possuía numerosas fábricas de aparelhos telefônicos não só em toda a Europa como no Japão. Esta sociedade, cujo nome foi mudado para International Standard Electric Co., tornou-se o holding dum grande conglomerado industrial, envolvendo uma dezena de países, principalmente a Alemanha. A I. T. & T. adquiriu ainda da Cie. Française Thomson-Houston (General Electric) uma vasta fábrica de aparelhos elétricos na França. Na Inglaterra, ela colocou sob seu controle a Creed & Co. Ltd. na Suécia, ela comprou em 1931 uma participação no truste do telefone Ericsson, que está a sua sob o controle do famoso "rei do fósforo", Ivar Krugger.

Por mais importante que fosse, sob o ponto de vista comercial, sua expansão na Europa, a I. T. & T. dirigiu seu passo decisivo para a América Latina. Ai a I. T. & T. procedia sistematicamente, ocupando um país após outro. O início deu-se no México. Depois foi a vez do Chile, do Brasil, do Uruguai, da Nicarágua, do Equador, do Peru, da Colômbia, da Venezuela. A posição da I. T. & T. viu-se ainda mais reforçada com a aquisição de duas grandes empresas americanas de cabos, a All America Cables Inc. e as Mackay Companies (Commercial Cables and Postal Telegraph). Entretanto, o mais retumbante triunfo da I. T. & T. foi a compra

da United River Plate Telephone Co., principal companhia telefônica da Argentina e de toda a América do Sul, dominada então por um grupo inglês.

Num espaço de dez anos a I. T. & T. conquistou o controle de dois terços de todos os telefones da América do Sul e de um quarto dos cabos submarinos do mundo inteiro. Só o financiamento pela casa Morgan fizera possível essa enorme expansão. Mas ela não poderia ter sido levado a cabo se o truste americano não contasse com o poderio político de Washington. (Lewinsohn, Trustes e Cardeis; p. 86/87).

E o poderio de Washington continua ao lado da I. T. & T. A reação do Departamento de Estado Norte-Americano, contra a desapropriação, foi imediata e diretamente sobre o sr. João Goulart, o presidente da República. E o sr. João Goulart deve ter obedecido muito docilmente, para ser merecedor das palavras de extrema simpatia que lhe dedica seu então constante adversário político, O Globo (o porta-voz dos interesses imperialistas no Brasil), em editorial do dia 19 deste mês.

O aspecto positivo que podemos extrair da reação do Departamento de Estado é o ter ficado mais uma vez evidente que a "Aliança para o Progresso" nada mais é do que uma arma de chantagem e de intervenção: para o governo americano, a desapropriação da Companhia Telefônica "Nacional" representa "um passo atrás" nos planos da "Aliança" que nos pode garantir que quaisquer outras medidas que venhamos a tomar não representem outros "passos para trás", na concepção de Washington? Se aprovarmos definitivamente o projeto de limitação de remessa de lucros, estaremos dando um "passo atrás"; se levarmos a cabo a Eletrobrás, outro "passo"; se nacionalizarmos a distribuição dos derivados do petróleo, outro "recoo"; e assim por diante, ou melhor, e assim "para trás", da mesma forma como, em Punta del Este, nossa política independente foi outro "passo atrás".

Até agora a "Aliança para o Progresso" tem sido apenas um fantasma, um grande fantasma, para impressionar os latino-americanos e conter sua "rebelião". O Brasil entra, agora, com um pedido de 600 milhões de dólares para financiar diversos projetos dos setores econômico e de educação e saúde pública. E tendo se em vista que o governo brasileiro acredita, realmente, e com razão, na obtenção desses recursos, podemos avaliar o estado de tensão em que deve ter ficado com a medida corajosa e racional do sr. Brizola e a reação do Departamento de Estado.

Juiz Condena Exploração Estrangeira

"...os serviços de telecomunicações são de tamanha relevância para a segurança interna, de tão grande interesse militar e de tanta importância para a própria coletividade; de tanta significação para o Estado, principalmente em casos de emergência interna ou de guerra externa, que custa a crer que o Poder Público tenha encontrado meios toleravelmente aceitáveis para entregar tais serviços a exploração de particulares e, ainda, de empresas estrangeiras e, ainda, que as Forças Armadas não se tenham oposto e não se opoñam decididamente a tal procedimento. Tudo está a indicar, gritantemente, que a exploração desses serviços seja monopólio estatal ou seja entregue a empresas de economia mista de que tenha o Estado o controle."

Disse o Juiz de Direito da 2.ª Vara da Fazenda Pública do Rio Grande do Sul, em despacho exarado no processo em que o governo gaúcho move ação de desapropriação contra a Companhia Telefônica Nacional.

DESAPROPRIAÇÃO É URGENTE

Depois de referir-se à petição do governo estadual, o Juiz da 2.ª Vara, dr. Gabriel Perrela Borges Fortes, defende a tese de que a Administração Pública é "o único árbitro" da urgência na desapropriação, acrescentando:

"A Lei Fundamental da República, em seu artigo 141, § 16, assegura ao Poder Público a desapropriação de bens por necessidade, ou por interesse público, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Os bens da ré, situados no território rio-grandense, foram declarados de utilidade pública. As desapropriações por utilidade pública estão reguladas no referido Decreto-lei n.º 3.365 e, por incrível que pareça, diga-se de passagem, até agora não foi regulada, por lei ordinária, a desapropriação por interesse social, de tão grande relevância e hodiernamente. Entretanto, convém referir, essa disposição referente ao interesse social não é letra morta na Carta Magna, malgrado os desejos de tantos, mas sim norma de aumentado vigor por exigências da atualidade e, enouanto não surgir a lei ordinária reguladora, é a Administração Pública o árbitro absoluto na caracterização do interesse social, processando-se as desapropriações de acordo com

o mencionado Decreto-lei n.º 3.365, no que for aplicável.

Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados, pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, estabelece o artigo 2.º do tantas vezes citado Decreto-lei n.º 3.365. O expropriante tem assegurado o arbítrio de decidir sobre a conveniência, necessidade e oportunidade da desapropriação de quaisquer bens. Ao próprio Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública (art. 9.º, Decr. cit.) e, acrescento, de interesse social. Ao particular assiste apenas o direito ao pagamento de prévia e justa indenização em dinheiro (art. 141, § 16, da Cons. Fed.). Mas justo valor dos bens, na espécie, segundo entendido, não é o valor de especulação, como, por exemplo o da desenfreada especulação imobiliária. Deve preponderar o interesse público, que é o da coletividade. Os bens do Estado não são de ninguém, mas são de todos, e devem se encontrar a serviço da coletividade. No processo expropriatório, é discutível apenas a fixação do "quantum" justo da indenização devida pelo desapropriante."

ESTRANHA DÍVIDA

A seguir, o dr. Gabriel Fortes, refere-se ao critério adotado pelos representantes do governo gaúcho para fixar a importância a ser depositada, em face da desapropriação, critério que aceita e admite, para acrescentar, aludindo à "dívida" da CTN para com a sua "própria proprietária": "Com referência à astronômica e notoriamente esdrúxula dívida da Companhia Telefônica Nacional para com a sua própria proprietária, "International Telephone and Telegraph Corporation", que detém cerca de noventa e oito por cento (98%) do capital da devedora, convém referir, que o Estado nada tem a ver, não podendo ser essa dívida singular considerada, de nenhum modo, evidentemente, na fixação do valor da indenização devida à expropriada. O artigo 26 do Decreto-lei n.º 3.365 citado, com a redação dada pela Lei n.º 2.788, também já mencionada, estabelece que, "no valor da indenização que será conemporneo da avaliação, não se incluirão os direitos de terceiros contra o expropriado".